

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**VICTOR FERREIRA E SILVA**

**NACIONALISMO, USO E ABUSO DA HISTÓRIA E O OFÍCIO DO  
HISTORIADOR EM ERIC HOBSBAWM**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2022**

**VICTOR FERREIRA E SILVA**

**NACIONALISMO, USO E ABUSO DA HISTÓRIA E O OFÍCIO DO  
HISTORIADOR EM ERIC HOBSBAWM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração:** História Pública

**Orientador:** Dr. Marcos Roberto Pirateli

**CAMPO MOURÃO – PR  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Victor Ferreira e  
Nacionalismo, uso e abuso da História e o ofício do historiador em Eric Hobsbawm / Victor Ferreira e Silva. -- Campo Mourão-PR, 2022.  
78 f.

Orientador: Marcos Roberto Pirateli.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2022.

1. História Pública. 2. Nacionalismo. 3. Hobsbawm, Eric. I - Pirateli, Marcos Roberto (orient). II - Título.

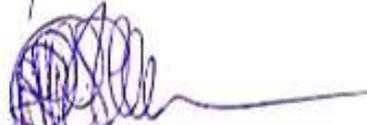
**VICTOR FERREIRA E SILVA**

**NACIONALISMO, USO E ABUSO DA HISTÓRIA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR  
EM ERIC HOBSBAWM**

**BANCA EXAMINADORA**



Dr. Marcos Roberto Pirateli (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva – Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Roberto Leme Batista – Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Data de Aprovação

25/03/2022

Campo Mourão – PR

## **DEDICATÓRIA**

À Luzia Ferreira Costa E Silva, pela força de sua luta e de seu coração, e por seu amor infinito, sem o qual estas linhas não existiriam, nem este autor.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço grandemente a todos cuja presença em minha vida, pessoal e acadêmica, fez-se imprescindível durante a realização deste trabalho. Aos meus pais e a minha irmã, pela ajuda que recebi e por seu firme apoio aos meus estudos; à Beatriz Correia da Silva, por sua contribuição, seu carinho e sua paciência durante nossa jornada; ao professor Dr. Marcos Roberto Pirateli, pela dedicada orientação desta pesquisa; Aos amigos Lucas Scarpini de Souza, Heitor Osteti Furtado, e Tainá Guanini de Oliveira, pela atenção a mim dispensada e por cada copo ao alto. Por fim, agradeço aos historiadores(as), muitos para aqui nomear, que hoje se empenham no combate por uma historiografia comprometida com a verdade e com a justiça social, que me inspiraram neste trabalho e em minha trajetória acadêmica, por sua coragem.

A todos vocês, Muito Obrigado.

*A tradição de todas as gerações mortas oprime como  
um pesadelo o cérebro dos vivos.*

- Karl Marx

## RESUMO

SILVA, Victor Ferreira E. **Nacionalismo, Uso e Abuso da História e o ofício do historiador em Eric Hobsbawm**. 78f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre nacionalismo e usos e abusos do passado histórico em Eric Hobsbawm, e o impacto dessa problemática para o ofício do historiador na obra deste autor. Analisa-se os usos do passado enquanto problemática no campo da História Pública, e a questão dos *usos e abusos da história* na produção historiográfica de Hobsbawm sobre o nacionalismo moderno, buscando demonstrar as implicações dessa relação para o ofício do historiador e sua responsabilidade pública. O pensamento de Hobsbawm sobre os abusos da história situa esta problemática como aspecto estruturante da ideologia do nacionalismo, relação que implica diretamente os historiadores profissionais e seu papel social, enquanto intelectuais públicos, frente às deturpações do passado. Assim, a pesquisa investiga as principais obras de Hobsbawm em que tal relação faz-se presente, e a reflexão teórica do autor sobre o papel do ofício do historiador na sociedade em relação aos abusos político-ideológicos da história.

**Palavras-chave:** Nacionalismo; Abuso da história; Hobsbawm; História Pública.

## ABSTRACT

This research aims to investigate the relation between nationalism and the uses and abuses of the historical past in Eric Hobsbawm, and the impact of this problematic for the historian's craft in the work of this author. It analyses the uses of the past as a problematic in the field of Public History, and the question of the *uses and abuses of history* in Hobsbawm's historiographical production on modern nationalism, trying to demonstrate the implications of this relation for the historian's craft and his public responsibility, in the author's work. Hobsbawm's thought about the abuses of history situates this problematic as a structuring aspect of the ideology of nationalism, a relation that directly implicates the professional historians and their social role, as public intellectuals, facing the misrepresentations of the past. Thus, the research investigates Hobsbawm's main works in which such relationship is present, and the author's theoretical reflection on the role of the historian's craft in society in relation to the political-ideological abuses of history.

**Keywords:** Nationalism; Abuse of History; Hobsbawm; Public History.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                    | 11        |
| <b>CAPÍTULO 1: HISTÓRIA PÚBLICA, USO E ABUSO DO PASSADO .....</b>                                                   | <b>15</b> |
| 1.1 Usos do passado e História Pública .....                                                                        | 16        |
| 1.1.1 Historiografia inglesa: patrimônio, memória, uso do passado .....                                             | 20        |
| 1.1.2 História pública, uso do passado e nação .....                                                                | 22        |
| 1.2 Hobsbawm, Marxismo e os Historiadores .....                                                                     | 24        |
| 1.2.1 <i>Usos e abusos da história</i> em Hobsbawm .....                                                            | 26        |
| <b>CAPÍTULO 2: NACIONALISMO, NAÇÃO E <i>USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA EM</i></b><br><b>ERIC HOBSBAWM .....</b>          | <b>32</b> |
| 2.1 Nacionalismo e a construção histórica do conceito de nação .....                                                | 33        |
| 2.2 Nação e <i>usos e abusos da história</i> .....                                                                  | 41        |
| 2.3 Historiografia a serviço da nação .....                                                                         | 46        |
| <b>CAPÍTULO 3: NACIONALISMO E O OFÍCIO DO HISTORIADOR EM ERIC</b><br><b>HOBSBAWM .....</b>                          | <b>54</b> |
| 3.1 Hobsbawm e o marxismo como crítica à nação .....                                                                | 56        |
| 3.2 <i>Un danger pour la nationalité</i> : a responsabilidade pública do ofício do historiador em<br>Hobsbawm ..... | 62        |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                          | 73        |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                   | 75        |

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre nacionalismo, usos e abusos do passado histórico e o impacto dessa problemática para o ofício do historiador na obra de Eric Hobsbawm (1917-2012). Trata-se de analisar o pensamento teórico deste historiador acerca dos *usos e abusos da História* e a presença desse problema em sua produção historiográfica sobre o nacionalismo moderno, de forma a extrair de sua obra a contribuição que trouxe à questão do papel social dos historiadores, enquanto intelectuais públicos, em relação aos abusos político-ideológicos da história.

Eric Hobsbawm foi um intelectual de grande projeção no século XX e início do século XXI, e sua trajetória profissional situa este autor como intelectual público do campo da História, tanto pelo alcance de seus textos, traduzidos em diversas línguas, quanto por sua intervenção em debates em espaços públicos e instituições de ensino, mídia impressa e eletrônica, entrevistas e encontros que, durante sua carreira, suscitaram importantes discussões sobre história, política, economia, cultura, entre outros temas.

Historiador britânico identificado com o marxismo desde o início da carreira acadêmica, Hobsbawm nasceu em Alexandria – no Egito sob dominação inglesa – em 1917 e, durante sua infância, sua família imigrou para a Áustria e depois para a Alemanha. Com a ascensão do nazismo, mudaram-se para a Inglaterra, onde Hobsbawm decidiu por estudar História na Universidade de Cambridge. Nesse período, o autor recebeu influência da História Econômica e dos *Annales* franceses, mas seu interesse por História e política o levaram à aproximação com o marxismo, tendo entrado para o Partido Comunista nessa mesma época.

Como professor e pesquisador, Hobsbawm dedicou seus estudos, sobretudo, à investigação acerca do triunfo do capitalismo e outros temas históricos e políticos de grande relevância, tais como a Revolução Industrial, movimentos trabalhistas, imperialismo, e nacionalismo, sendo sua produção intelectual uma das principais contribuições do marxismo para a historiografia social. Como outros intelectuais de seu tempo, sua trajetória acadêmica foi marcada de forma significativa por sua biografia social, ou seja, pela influência dos processos sociais de seu contexto histórico (revolução russa, depressão de 1929, fascismo, a experiência da II Guerra Mundial e da Guerra fria) em sua vida profissional.

Hobsbawm integrou o grupo de historiadores membros do Partido Comunista da Grã-Bretanha, que conceberam o marxismo como base teórica de suas análises a partir de uma perspectiva crítica ao que o autor chamou de “marxismo vulgar” (caracterizado pela

predominância do fator econômico), na qual a sociedade deveria ser analisada em sua totalidade multidimensional. A partir desse modelo pautado no materialismo histórico, o autor empreendeu seus estudos sobre o fenômeno do nacionalismo moderno em várias de suas obras, sobretudo aquelas de maior maturidade intelectual, tais como *A era das revoluções* (1962),<sup>1</sup> *A era do capital* (1975), *A era dos impérios* (1987) e, principalmente, *Nações e nacionalismo desde 1780* (1990).

Enquanto obras de reflexão teórica da História, destacam-se os conjuntos de textos organizados e escritos por Hobsbawm em *A invenção das tradições* (1983) e *Sobre história* (1997)<sup>2</sup>, nos quais aparecem suas principais considerações sobre a relação da sociedade humana com o passado e sobre o ofício do historiador. Em *A invenção das tradições*, o autor analisa o aparecimento de tradições baseadas no passado – dentre as quais estão as tradições nacionais – a partir do conceito de tradição inventada, o qual Hobsbawm formula para analisar os aspectos desses fenômenos desde o final do século XIX. Para o autor, na medida em que se relacionam com o passado, as tradições inventadas também criam elementos “históricos” artificiais, com os quais se autolegitimam no presente. Em *Sobre história*, conjunto de textos escritos pelo autor ao longo de toda sua trajetória acadêmica, Hobsbawm compila o essencial de seu pensamento histórico e de suas principais contribuições neste campo científico, sendo a reflexão sobre os abusos da história e sobre o ofício do historiador pontos centrais da obra.

Para Hobsbawm, os *usos e abusos da História* – questão que aparece frequentemente vinculada às suas análises históricas e políticas sobre o nacionalismo – se constituem como operações de legitimação e justificação do presente a partir de deturpações do passado histórico política e ideologicamente orientadas, e uma problemática fundamental para o exercício profissional dos historiadores.

Nesse sentido, a pesquisa centrou-se nas três obras principais de Hobsbawm nas quais a relação entre nacionalismo e uso e abuso da História está presente. Além das já mencionadas *A invenção das tradições* e *Sobre história*, também *Nações e nacionalismo* – obra em que Hobsbawm reúne textos de análises suas a respeito do fenômeno nacionalista desde o século XVIII – constitui o enfoque deste trabalho. Também nessas obras, tal relação aparece vinculada à reflexão teórica do autor acerca do ofício do historiador e sua responsabilidade pública.

---

<sup>1</sup> As datas entre parênteses nesta introdução referem-se ao ano da publicação original das obras.

<sup>2</sup> Edições usadas nesta pesquisa, respectivamente: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 6º Ed. Rio de Janeiro, Paz E Terra, 1997, e HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia Das Letras, 2013.

A análise de Hobsbawm sobre o nacionalismo parte da consideração da ideologia nacional como fenômeno estritamente moderno, fruto das transformações sociais ocorridas desde o século XVIII. Hobsbawm dialoga com outros estudiosos do tema, como Ernest Gellner e Benedict Anderson, destacando o caráter de classe dos movimentos nacionalistas. Entende, nesse sentido, que o nacionalismo – como conjunto de ideias e movimento político de afirmação do caráter *nacional* de grupos e interesses sociais determinados, que propõe uma “unidade” política – cria o moderno conceito de nação, uma comunidade social imaginada como nacional com base em critérios de território, etnicidade, língua, religião ou passado em comum. Partindo desses conceitos, o autor aborda como o nacionalismo associa tais critérios a um passado “nacional” por meio de usos abusivos da História.

Como trabalho situado dentro do campo da História Pública, posto que diz respeito ao uso público do passado e seu impacto político e social, aos processos de construções sociais do passado e ao ofício do historiador, buscamos fundamentar a pesquisa na importância dessas questões para este campo, ainda novo, da historiografia. Desse modo, o capítulo primeiro busca analisar a influência da problemática dos usos do passado no desenvolvimento da História Pública. A partir da análise desse campo, apresentamos a questão da relação entre usos do passado e nação como aspecto importante do debate historiográfico na História Pública, a fim de fundamentar o enfoque da pesquisa em Eric Hobsbawm como referencial para o estudo dessa problemática. Nesse sentido, analisamos a crítica aos usos do passado histórico existente na historiografia inglesa, situando, em seguida, o problema dos *usos e abusos da história* na obra de Hobsbawm.

O capítulo segundo é dedicado à análise do nacionalismo e da relação nação-usos e abusos da História em Hobsbawm. Analisamos a produção historiográfica do autor acerca do nacionalismo e do conceito de nação para investigar a relação desses fenômenos com os abusos do passado conforme apresentado em sua obra. Empreende-se a investigação sobre a relevância dessa relação para Hobsbawm enquanto problemática que implica diretamente a profissão dos historiadores. Analisa-se ainda, a relação intrincada entre historiografia e nacionalismo desde o final do século XIX, indicando a responsabilidade dos historiadores acerca dos usos político-ideológicos da História profissional.

Por fim, o capítulo terceiro investiga a relação entre o nacionalismo – enquanto ideologia política que usa o passado – e a responsabilidade pública do ofício do historiador em Hobsbawm. Parte-se da análise da crítica marxista à ideologia nacional presente em sua obra, para compreender o posicionamento crítico do autor em relação ao papel dos historiadores – como profissionais cujo trabalho tem resultado no conhecimento sobre o passado publicamente

difundido – frente a ideologia do nacionalismo, a medida em que esta opera a partir de legitimações e justificações baseadas em abusos da História.

A pesquisa sobre o nacionalismo e sua relação com o ofício do historiador como ideologia política ancorada em abusos da História, tendo como enfoque o pensamento e a obra de Eric Hobsbawm, pretende, diante da relevância da questão, se constituir um estudo teórico a partir do qual se evidencie a importância do ofício do historiador, em sua dimensão científica e pública, para a sociedade contemporânea, sobretudo em razão do crescente impacto dos usos ideológicos da História no cenário sociopolítico atual. Assim, espera-se contribuir no sentido de demonstrar que o historiador tem, nesse contexto, um papel a cumprir, o qual a História Pública pode apropriar-se para pensar o campo, seus profissionais e sua intervenção na realidade social.

## CAPÍTULO 1

### HISTÓRIA PÚBLICA, USO E ABUSO DO PASSADO

“Em primeiro lugar, estou preocupado com os usos e abusos da história, tanto na sociedade quanto na política, e com a compreensão e, espero, transformação do mundo.”

Eric Hobsbawm, 1997

Ao debate sobre os “usos do passado” estão associadas diferentes questões referentes ao tratamento conferido à História por profissionais e não profissionais desse campo. Dentre as principais, estão o revisionismo histórico, o negacionismo e a falsificação da história. Estas operações trabalham com elementos do passado para atingir fins determinados, mas diferem quanto aos procedimentos. O negacionismo, num sentido estrito, consiste na tentativa de demonstrar a falseabilidade da história escrita, por meio da negação da evidência, configurando este mesmo, paradoxalmente, uma forma de falseamento da história. Quanto ao revisionismo histórico, embora parte importante do trabalho historiográfico como atividade de reinterpretação dos processos históricos, é assertiva a proposição de Demian Bezerra de Melo (2014, p. 49), que reconhece a “emergência de uma historiografia apologética que hoje pode ser tomada como hegemônica, e que só pode ser combatida a partir do avanço das pesquisas e do refinamento conceitual”.

Tomando o revisionismo apologético na historiografia a que se refere Melo (2014) como manipulação ideológica do passado histórico, os usos do passado abrangem também o *uso irresponsável* e o *abuso* da História por historiadores profissionais e acadêmicos. A esse respeito, Antoon De Baets (2013) considerou irresponsável o uso negligente da História, podendo ser enganoso, enquanto o abuso desta consistiria, para este autor, no seu uso que, *intencionalmente*, provoca engano.

O debate sobre *uso público da História*, enquanto literatura revisionista apologética, remete à polêmica sobre o nazismo iniciada por Ernst Nolte, na Alemanha da década de 1980, e ao contexto da segunda metade do século XX, no qual a memória tem revalorização nos círculos culturais e debates intelectuais e políticos. Esse contexto impeliu a historiografia a repensar a relação do passado e dos historiadores com a sociedade, de modo que os usos do passado no presente e na história política e social surgem como problemática central dessa tendência.

Propõe-se, aqui, abordar os usos do passado como problemática mais ampla no que se refere à historiografia e à história pública, a fim de analisar a relação entre usos e abusos do passado histórico e o objeto da pesquisa – o nacionalismo e o conceito de nação na obra de Eric Hobsbawm. Nesse sentido, expõe-se a relevância dessa problemática no contexto social e intelectual da historiografia do final do século XX, bem como no desenvolvimento da História Pública como campo historiográfico a partir da contribuição da crítica francesa e inglesa à chamada *História aplicada*.

Apresenta-se a discussão sobre usos do patrimônio histórico e da memória em autores que contribuíram para a História Pública, e a relação do passado como instrumento político para a confirmação da identidade nacional apontada pela historiografia inglesa, indicando o historiador marxista Eric Hobsbawm como referencial para o estudo dessa relação. Analisa-se, assim, o pensamento teórico deste historiador acerca dos *usos e abusos da história*, para extrair de sua obra, contribuição sobre essa problemática e sua relação histórica com o nacionalismo e com o conceito de nação. Para Hobsbawm, conforme abordaremos, os usos e abusos da História constituem-se de operações de legitimação e justificação político-ideológicas baseadas no passado, e um problema central para o ofício do historiador.

### **1.1 Usos do passado e História Pública**

A problemática dos usos e abusos do passado histórico tem sido matéria dos principais debates na historiografia das últimas décadas e um dos pontos mais relevantes na caracterização da História e do historiador público nos principais países em que a História Pública se desenvolveu como campo do saber histórico. O problema das construções de percepções sobre o passado no espaço político e social elaboradas por não-historiadores ou em desacordo com o conhecimento científico historiográfico, vincula-se à História Pública como mote das reflexões sobre a apresentação pública do passado e sobre o papel do historiador na sociedade – como intelectual público.

A relevância dessa problemática no contexto das transformações sociais das últimas quatro décadas, manifesta-se em razão do crescente impacto social de grupos que procuram produzir e reproduzir representações ilegítimas da História como instrumento de legitimação de interesses políticos. Nesse período, também a História Pública se desenvolveu em diferentes matizes e sob influência do contexto social e intelectual de cada país, resultando em mudanças de perspectivas para esta área. Para Carvalho (2016, p. 38), "a internacionalização da História Pública vem fazendo com que o termo assuma várias definições, sempre ao sabor das recepções

que encontrou em cada país".

A institucionalização da História Pública promovida pelas universidades norte-americanas a partir da criação de diversos programas de pós-graduação voltados à capacitação profissional para atuação em esferas públicas<sup>3</sup>, insere-se no amplo debate internacional sobre o papel do historiador na sociedade, reavivado desde a década de 1960, a partir da crescente popularização do acesso ao conhecimento proporcionada pela *internet*. A adoção da História Pública como campo da historiografia a desenvolver essa discussão, entretanto, não ocorreu pela absorção pura e simples da abordagem e das preocupações vigentes nos Estados Unidos, suscitando críticas, repúdio e adaptações nos diferentes contextos nacionais. A expansão da desta, além disso, não se deu de maneira homogênea ou como resultado próprio da institucionalização estadunidense do campo.

A discussão acerca do papel social do historiador e o surgimento da História Pública – campo que tratará dessa questão – são eventos simultâneos na historiografia da segunda metade do século XX. Este contexto é marcado pela reemergência do debate historiográfico sobre a memória, fomentado pelo fenômeno do "retorno ao passado" operado pelas sociedades ocidentais no âmbito político e cultural (HUYSSSEN, 2000) a partir da década de 1960 e em face ao que foi caracterizado como uma crise do paradigma do futuro baseado em modelos de progresso e desenvolvimento, cujo principal fator é o fim da URSS.<sup>4</sup> A emergência desse debate e do chamado *boom* da memória<sup>5</sup>, impulsionado com o advento das tecnologias digitais e as

---

3 Nos Estados Unidos, o movimento da História Pública esteve originalmente ligado ao reconhecimento da atuação de historiadores em espaços públicos não acadêmicos e à busca por formação profissional para o trabalho com história nesses ambientes (arquivos, bibliotecas, museus, órgãos públicos, etc.), como resposta estratégica à crise de postos de trabalho nas universidades daquele país no final da década de 1970. Constatou-se a existência de uma área de atuação não acadêmica já explorada por historiadores e a inclinação empregatícia própria daquele momento como dois fatores presentes na definição que Robert Kelley propôs do campo em 1978: "a história pública se refere à atuação de historiadores e à aplicação de métodos históricos fora da academia" (KELLEY, 1978, apud CAUVIN, 2019, p. 10).

4 O contexto do pós-guerra é caracterizado pelas crises que marcaram o movimento comunista internacional, os movimentos insurrecionais de descolonização e, a partir da década de 1970, a recessão econômica e desestabilização do Estado de Bem-Estar Social, com o advento do neoliberalismo e o fim do bloco soviético. Nessas circunstâncias, muitos intelectuais passaram a criticar os modelos explicativos da teoria social, o que foi encarado como uma "crise epistemológica" das ciências humanas e sociais em relação à análise da realidade presente e das tendências futuras. Nesse momento, verificou-se, na sociedade ocidental, um esforço político e cultural de valorização das visões sobre o passado recente, situando o debate sobre a memória como fenômeno social e intelectual da época.

5 Jurandir Malerba qualifica o *boom* da memória como "o aumento do *stock* de certas formas de conhecimento sobre o passado, em particular a elevação do estatuto dos discursos de memória e o valor do testemunho" (MALERBA, 2017, p. 142). Assim, o *boom* da memória pode ser entendido como uma

consequentes transformações das formas de armazenamento e tratamento da documentação histórica e ampliação do seu acesso, levou parte dos historiadores a repensarem sua relação com o passado e com a memória na sociedade contemporânea. Tais circunstâncias estimularam, na historiografia, a discussão sobre os usos do passado.

Tendo em vista este pano de fundo da obsessão memorial – marcado pelo mal estar de uma época, ou seja, a inquietude de um tempo presente que não oferece promissoras expectativas de futuro –, convém reconhecer que seus principais efeitos se verificam no âmbito do uso público da história: a utilização ético-política do passado no espaço público das sociedades. [...] Por vezes, trata-se de reivindicações militantes sobre o passado – nem sempre fiéis aos contextos históricos –; outras vezes, o passado é simplificado, deformado, declarado superado e sem interesse para o presente (SOUTELO, 2015, p. 19).

Embora seja um fenômeno anterior ao próprio século XX, nesse contexto, embates pela história e pelas memórias nacionais e o recurso ao passado como elemento mobilizador de políticas de identidade, projetos e movimentos políticos, colocam a historiografia no centro do debate público sobre o passado<sup>6</sup>. Fenômenos desse tipo situam esse elemento como essencial dinamizador nos processos sociais e políticos do Ocidente.

A inserção dos usos do passado como problemática para a historiografia caracteriza a abordagem dessa questão também no desenvolvimento da História Pública, em relação com a discussão, não menos problemática, do papel social do ofício do historiador e da apresentação pública da história.

Os esforços pela internacionalização da História Pública estadunidense, de matriz técnica, pragmática, voltada para o mercado de trabalho não acadêmico, resultaram na

---

valorização significativa das memórias individuais e coletivas, como fator de construção de conhecimento e de compreensão do passado recente.

<sup>6</sup> São sintomáticos desse período o polêmico debate sobre a história do comunismo na França, envolvendo historiadores em nível internacional, bem como sobre as origens da identidade nacional valenciana, durante o processo de transição democrática na Espanha; além da conhecida controvérsia sobre o nazismo que opôs Ernst Nolte e Jürgen Habermas na Alemanha em 1986 e o amplo debate em torno da memória do holocausto; tem-se também a iniciativa da Comunidade Europeia de criação da rede de "museus da Europa" na década de 1980, cujo objetivo, de acordo com Ribas (2015), era educar o imaginário social para a afirmação de uma "identidade europeia"; e a mobilização das memórias dos regimes militares como ferramenta de legitimação para agendas políticas de ataque ou de defesa do Estado democrático na América Latina. Ver *Usos públicos de la historia* (dossiê). VI Congreso de la asociación de historia contemporánea. Zaragoza, 2002. No caso das sociedades ibéricas e latino-americanas, os usos do passado têm sido o enfoque de muitos pesquisadores na análise de temas de cunho histórico variados nas últimas décadas. São exemplos dessa tendência a edição eletrônica de *Usos públicos de la Historia y políticas de la memoria* (2004), da universidad de Zaragoza, Espanha; o dossiê *Memoria, historia y testimonio en América Latina* (2010), da revista *Historia Crítica* da Universidad de los Andes, Colômbia; e o dossiê *Usos públicos e políticos da memória: construções, conflitos e representações* (2015), da revista *Anos 90*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

interpretação da História Pública, na Europa, como *História aplicada*<sup>7</sup>. Na França do início da década de 1980, o debate sobre a função do historiador tentou absorver a perspectiva da História aplicada anglo-saxã, buscando, a partir de Félix Torres, desenvolver a prática de consultoria histórica para empresas. A tradição historiográfica francesa, fortemente enraizada na academia, fez duras críticas ao que foi entendido como "história comercial" e, a partir desse esforço, motivou o campo a pensar os impactos dos usos da História e sua produção orientada por não acadêmicos. Desse modo, a historiografia acadêmica forneceu à História Pública uma importante crítica teórica quanto à vinculação pública do passado com objetivos mercantis – e, mais tarde, políticos – além da consideração dos usos do passado na reflexão sobre a responsabilidade de ofício dos historiadores. Tal consideração esteve inicialmente ligada à questão do negacionismo e da falsificação da história.<sup>8</sup>

François Bédarida foi um historiador que buscou associar à História pública e aplicada a preocupação epistemológica com os usos do passado na França (CAUVIN, 2019). Para este autor, a partir do reconhecimento da historicidade do objeto histórico – base para o trabalho historiográfico – pode-se apreender como a sociedade pensa o passado e se historiciza. Nesse sentido, a responsabilidade profissional do historiador estaria com o princípio da verdade, que implica a reafirmação do caráter científico da pesquisa histórica e impõe à historiografia uma dimensão ética.

Não minimizemos igualmente a dimensão científica no trabalho do historiador: quero dizer o método crítico com seus processos testados e seus instrumentos bem afiados. Aí reside o verdadeiro profissionalismo em história [...] Afinal de contas, diante da crise atual dos objetos históricos e do perigo de uma história às migalhas, um dos remédios não estaria numa reabilitação elevada e firme do princípio de verdade? O que, com isso, garantiria um acréscimo de credibilidade à *expertise* historiadora (BÉDARIDA, in BOUTIER; JULIA, 1998, p. 151).

Assim, na perspectiva crítica de Bédarida, caberia ao historiador não corroborar com a forma como a sociedade pensa a si mesma e seu passado, mas ater-se aos resultados da pesquisa científica. De acordo com Cauvin (2019, p. 19), na França "as referências aos usos públicos do passado se tornaram mais críticas na década de 2000, e eles foram associados inclusive à corrupção da independência do historiador", culminando na criação, em 2005, do

---

<sup>7</sup> O termo *História aplicada* diz respeito à perspectiva utilitária de se pensar a validade e a aplicação da História para questões contemporâneas diversas, que ganhou adeptos nos Estados Unidos da primeira metade do século XX.

<sup>8</sup> Bédarida (1998, p. 146) considerou o negacionismo do genocídio nazista do holocausto como perpetrado não por uma espécie de revisionismo, mas por "falsificadores da história".

Comitê de Vigilância contra os Usos Públicos da História. O manifesto desse comitê proclamava:

Se é normal que os atores da vida pública sejam inclinados à apropriar-se de argumentos históricos para justificar suas causas e seus interesses, na responsabilidade de professores-pesquisadores nós não podemos admitir a instrumentalização do passado (Comité de Vigilance Face Aux Usages Publics de l'histoire, 2005. Tradução nossa).

Na década de 1980, intelectuais britânicos promoveram a História aplicada, cujo enfoque na Inglaterra consistia na aplicação da História na formulação de políticas públicas e para empresas privadas. A partir do Conselho Britânico de Ciências Sociais e do contato entre os historiadores Anthony Sutcliffe e Wesley Johnson, foi realizada, em 1982, uma conferência de História aplicada, da qual participaram, também, historiadores franceses (CAUVIN, 2019, p. 17). O caráter público da História constitui-se, nesse momento, de sua utilidade para pensar soluções práticas em questões de importância política e para interesses do capital privado.

A apropriação da História por parte do setor empresarial inglês coincide com o advento do neoliberalismo e com a política empreendida por Margaret Thatcher de desestabilização dos sindicatos<sup>9</sup> (organismos de classe que, até então, também haviam sido espaços de educação para trabalhadores e objetos de projetos em História e divulgação histórica, como *History Workshop*). Essa perspectiva utilitária de tratamento da história teve como contraponto uma historiografia crítica da memória e dos usos de mercado do patrimônio histórico, a partir da qual se pode pensar os usos do passado em dimensão social e política e em relação com o ofício do historiador na perspectiva da História Pública.

### *1.1.1 Historiografia inglesa: patrimônio, memória, uso do passado*

O desenvolvimento da historiografia britânica nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, relaciona-se às crises que influenciaram esse campo e as ciências humanas como um todo. O período foi caracterizado pela "crise epistemológica" e político-ideológica que afetou intelectuais de vários países, sobretudo a partir de 1956, com a divulgação do *relatório krushev*.<sup>10</sup> O surgimento da História Social Inglesa – campo que arregimentou historiadores

---

<sup>9</sup> A esse respeito, ver VICKERY, Tim. **Thatcherismo abriu as portas da barbárie, que não fecharam até hoje**. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/blog-tim-vickery-43296195>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>10</sup> Relatório krushev foi pelo que ficou conhecido o discurso proferido pelo então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev, no XX congresso do partido em 1956, no qual apresentou muitos dos crimes e violações cometidas contra opositores políticos na URSS durante o período de Stalin. A divulgação do relatório, expondo o caráter autoritário do regime, levou a crítica do

rompidos com o Partido Comunista e construtores do movimento *new left* (nova esquerda) – na década de 1960, esteve ligado a esse contexto e teve crucial relevância no engajamento profissional no meio historiográfico da época.

A proposta da "história vista de baixo", professada pelos expoentes desse campo (Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall, Natalie Davis, George Rudé, Christopher Hill, entre outros), fora apresentada antes pela historiografia francesa (Marc Bloch, Georges Lefebvre), no entanto, conforme explica Hobsbawm, avançou de fato apenas nos anos 1950, quando do contato com o marxismo. O entusiasmo dos marxistas com o crescimento do movimento operário despertou grande interesse pela história da classe trabalhadora e dos movimentos populares (HOBSBAWM, 2013, p. 283). Impulsionou, desse modo, o enfoque nos "de baixo", como eixo das análises da História Social.

Essa perspectiva, centrada nos estudos dos modos de vida das pessoas comuns a partir dos conceitos revisitados de cultura, experiência e classe social, levou a novas práticas entre historiadores na relação com este público. Nas décadas de 1960 e 1970, a expressão mais destacada nesse sentido deu-se com o movimento *History Workshop*. Dirigido por Raphael Samuel, este movimento promoveu de forma original e enfática a participação pública em História, em contato com sindicatos, movimentos sociais e entidades de educação para adultos da classe trabalhadora, na perspectiva da democratização do conhecimento. O *History Workshop* recebeu influência da História Social Inglesa e seus estudos centrados no proletariado, e baseava as oficinas no trabalho conjunto de professores e alunos em pesquisas com fontes primárias, relacionadas a realidade cotidiana dos alunos – costumes, trabalho, luta sindical, etc. (SANTOS, 2020).

Malgrado sua originalidade e influência durante a década de 1970, o movimento enfraqueceu com a ascensão do Partido Conservador ao poder e com a crise de organização trabalhista na Inglaterra. Nos anos 1980 – com o advento do *thatcherismo*, o fomento da História aplicada e o declínio consequente da iniciativa do *Workshop*, baseada em organização de classe –, a questão do patrimônio e da memória nacional e sua vinculação com a política, ascendeu como principal mote de debate sobre o passado e seus usos na sociedade.

Autores como Patrick Wright e Robert Hewison formularam críticas ao domínio do capital privado na administração e preservação do patrimônio histórico, especialmente ao

---

marxismo como modelo de análise social, e muitos intelectuais de orientação marxista deixaram os partidos comunistas em todo o mundo, sem no entanto romper com Marx, propondo novas abordagens dentro do próprio modelo, o que ficou caracterizado como uma crise do pensamento marxista.

*National Trust*, organização entre as maiores proprietárias de terras na Grã-Bretanha, responsável por muitos espaços de importância histórica e cultural (casas de campo, vilas, parques, fábricas, pousadas, minas, monumentos históricos). De acordo com Jill Liddington, Hewison ainda "desferiu um ataque valente ao desvendar a entrelaçada 'política de clientelismo' da 'indústria' do patrimônio e a politização thatcherista do *establishment* da cultura após 1979" (LIDDINGTON, 2011, p. 39-40).

Tanto Wright como Hewison escrevem também a respeito do interesse coletivo pelo passado, indicando para o debate sobre a memória então vigente. Para Hewison, "privados imaginativamente no presente, nos voltamos para imagens do passado" (HEWISON, 1987, apud BAKER, 2013, p. 01. Tradução nossa). Raphael Samuel desenvolve com lucidez o debate em torno dos dois temas. Em *Theatres of memory*, trata do patrimônio histórico como o conhecimento e experiência das classes mais empobrecidas, suas atividades de comércio, moradias e técnicas de trabalho artesanal. A experiência de Samuel com o engajamento do público com a história, no *History Workshop*, o levou a estudar como a história fora "retratada e apresentada em diferentes espaços públicos, fora do controle dos historiadores profissionais" (SANTOS, 2020). Nesse sentido é que o autor saúda a memória popular e, mais do que isso, reconhece a importância da memória na relação com o ofício do historiador. Em Samuel (1997), a memória é "dialeticamente relacionada ao pensamento histórico".

a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da "tradição", ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo (SAMUEL, 1997, p. 44).

A memória diz respeito à percepção social do passado em condições historicamente determinadas. Esta categoria implica pensar o passado como elemento revisto e reorientado de tempos em tempos, de acordo com as "paixões dominantes". A memória, nesse sentido, opera com usos do passado. Conforme abordaremos adiante, em perspectiva histórica, a problemática das construções sociais da memória e dos usos do passado se vincula à construção da história nacional, isto é, a criação de um passado adequado à demanda de legitimação dos interesses políticos em torno dos quais nacionalismo e "nação", enquanto fenômenos históricos, se estabelecem.

### 1.1.2 História pública, uso do passado e nação

Remetendo à importância da problemática dos usos do passado para a História Pública,

Liddington escreve que "o estudo de história pública está ligado a como adquirimos nosso senso de passado - por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia e [...] do modo como esses passados são apresentados publicamente" (LIDDINGTON, 2011, p. 34). Ainda de acordo com a autora, esse debate acerca do "senso sobre o passado" na Grã-Bretanha, deu-se em relação à memória nacional. Essa temática foi mobilizada por historiadores envolvidos na crítica à gestão do patrimônio<sup>11</sup>, destacando-se ainda, nos estudos da memória, David Lowenthal e Raphael Samuel.

Para Lowenthal, a memória individual adequa-se à memória coletiva. Segundo o autor, "os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras, da mesma forma que os instrumentos legais conferem às companhias e às propriedades privadas imortalidade em potencial" (LOWENTHAL, 1998, p. 84). Nesse sentido, Samuel discorre sobre a importância dos lugares de memória religiosa da cristandade medieval (grutas, relicários, nascentes, montanhas), utilizados mais tarde pelo Estado moderno para identificação nacional e justificação política. "A geografia sagrada, secularizada a serviço do Estado, deveria desempenhar um papel ainda mais vital na construção da nação e na geopolítica da expansão colonial" (SAMUEL, 1997, p. 43). Patrick Wright (2009), em *On Living in an Old Country: The national past in contemporary Britain*, escreveu a respeito da importância das imagens públicas do passado para a idealização da nação na vida cotidiana (WRIGHT, 2009, p. 48-51).

A postura desses autores situa o uso do passado – tanto o patrimônio histórico como o discurso sobre a "história" – como elemento para conformação da identidade nacional, a partir da noção pré-estabelecida de nação. Essa questão figura como preocupação vigente da historiografia inglesa nas décadas de 1980 e 1990. Dentre os autores que se dedicaram ao estudo da nação, a relação desse fenômeno histórico com a problemática dos usos do passado encontra-se desenvolvida na produção teórica e historiográfica do historiador marxista Eric Hobsbawm.

Nesse sentido, o que se verifica é a confluência de uma preocupação política, teórica e epistemológica da historiografia sobre a relação entre uso do passado e nação, que tem em Hobsbawm notória contribuição, a partir da qual é possível pensar essa problemática na relação com o ofício do historiador como objeto de pesquisa no campo da História Pública, área de investigação das práticas relacionadas à apreensão da História e da memória nos processos de

---

<sup>11</sup> Ainda no que concerne ao patrimônio histórico, Higson argumentou que a indústria cultural representa o modo de vida da classe dominante como patrimônio nacional, associando o passado e a identidade nacional à aristocracia (HIGSON, 1993, apud BAKER, 2013, p. 8-9).

elaboração e reelaboração do passado – questão também abordada por Hobsbawm –, e do papel dos historiadores na participação e compreensão desses processos.

Dessa forma, buscaremos, a partir deste autor, entender como a construção histórica do conceito de nação pelo nacionalismo moderno se vincula com usos do passado na esfera política e social e as implicações que essa problemática coloca para a análise histórica e para o exercício profissional do historiador.

### *1.2 Hobsbawm, Marxismo e os Historiadores*

O marxismo exerceu grande influência na intelectualidade no século XX. Isto é verdade, sobretudo, em função da evidente expansão das ideias marxistas – impulsionada pelo movimento comunista internacional – que a Revolução Russa de 1917 proporcionou, bem como do contexto socioeconômico pós Primeira Guerra Mundial. Em face da desestabilização econômica causada pela guerra e, posteriormente, pela crise capitalista de 1929, em contraste com o desenvolvimento industrial planejado socialista e a presença do comunismo como alternativa política, as classes dominantes dos países imperialistas criaram condições de manutenção da ordem político-econômica. Nesse contexto histórico do capitalismo ocidental, “nos países economicamente privilegiados, devido ao acúmulo obtido na época anterior, a burguesia lançou mão de medidas como o New Deal, [...] nos países onde essa opção era economicamente inviável, a burguesia abraçou o fascismo” (LIGNANI, 2019, p. 42). Ante a crise econômica e ao advento do fascismo, a partir da década de 1930, muitos intelectuais se aproximaram do marxismo disseminado pelos partidos comunistas, em parte por razão da participação em movimentos de resistência antifascista.<sup>12</sup>

Mesmo intelectuais de orientação conservadora ou rompidos com o comunismo se mantiveram em diálogo crítico com o marxismo enquanto teoria social e de análise histórica. Na historiografia, Eric Hobsbawm foi um dos autores para os quais a abordagem materialista da História de Marx permaneceu como concepção teórica mais adequada durante toda a vida intelectual. Embora crítico do regime de autoritarismo político de Stalin, tendo inclusive obras

---

<sup>12</sup> Hobsbawm estudou a relação entre intelectuais e o marxismo. Para o autor, é principalmente a partir da crise da sociedade burguesa e do modelo liberal inaugurada com o século XX que ocorre esta aproximação, tendo por base a experiência da Revolução Russa. “Somente com a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, é que estas velhas tradições e certezas são quebradas e os intelectuais, em grande número, se voltam diretamente para Marx. E o fizeram via Lenin. A história do marxismo entre os intelectuais do ocidente é, pois, em grande medida, a história de suas relações com os partidos comunistas que substituíram a social-democracia como principais representantes do marxismo” (HOBSBAWM, 2015, p. 43).

suas rejeitadas na União Soviética, o historiador manteve-se marxista e ligado ao Partido Comunista Britânico, mesmo após a crise nos anos 1950.

Como historiador, Hobsbawm afirmou a necessidade de uma categoria analítica do passado, que dê conta de compreender os mecanismos e os elementos fundantes da transformação histórica. Para tanto, a análise deveria ter por base o processo pelo qual a humanidade controla e altera a natureza através do trabalho e da organização da produção. Nesse sentido, a superioridade do materialismo histórico, conforme formulado por Marx e Engels, aparece em Hobsbawm pela concepção da História como um todo de transformações engendradas necessariamente pelas relações sociais de produção (e de propriedade), e pelas forças produtivas, resultando na mudança dos modos de produção econômica e suas estruturas sociais correspondentes. Assim, para o autor, “não é possível nenhuma discussão séria da história que não se reporte a Marx ou, mais precisamente, que não parta de onde ele partiu” (HOBSBAWM, 2013, p. 54).

Para além disso, o marxismo, como método de investigação da História, esteve ligado à própria escolha profissional do autor. “Sem Marx eu não teria desenvolvido nenhum interesse especial pela história [...] Era quase certo que eu não iria ganhar a vida como historiador acadêmico profissional” (HOBSBAWM, 2013, p. 09).

Segundo Hobsbawm, os elementos importantes para sua vocação de historiador estiveram “arraigados no pensamento de Marx” (HOBSBAWM, 1997/98, p. 75). Estes elementos são três: os dois primeiros relacionados propriamente à análise da História, sendo o problema da *base sobre as estruturas*, e o problema da *síntese histórica*; o terceiro elemento apontado pelo autor diz respeito à tradição marxista, conforme entendida por Hobsbawm, e à preocupação com a comunicação com o público não especializado como condição de transformação da realidade, isto é, a unidade entre a atividade profissional e o engajamento político.

O terceiro elemento é precisamente a necessidade de se comunicar: a unidade entre o trabalho do historiador e o da pessoa engajada. Uma pessoa que participou de movimentos e da vida política, e que tem interesse em continuar participando, necessita discutir com colegas que não sejam unicamente os seus colegas especialistas. Me parece que esta é uma parte da tradição, de uma velha tradição marxista - o marxismo é uma tradição “ilustrativa”, a mesma dos velhos filósofos do século XVIII, que para interpretar e transformar o mundo tiveram que falar a todos e não somente a uma elite (HOBSBAWM, 1997/98, p. 76).

Essa tradição marxista do engajamento intelectual se confirma em Engels (2012, p. 29), segundo o qual “para a vitória final das palavras contidas no *Manifesto*, Marx confiava

apenas e tão somente no desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora, o qual haveria necessariamente de brotar da ação e da discussão conjunta de todos os seus membros".

Em Hobsbawm, no entanto, a importância singular da profissão do historiador está situada em relação aos usos do passado – problemática central para a História Pública, abordada por este autor em suas obras e da qual os historiadores, segundo Hobsbawm, não podem isentar-se, independentemente do campo. Ao tratar da relevância das tradições para o estudo das relações humanas com o passado, Hobsbawm aponta para a possibilidade de a história ser usada como “legitimadora de ações”, “cimento da coesão grupal”. Nesse sentido, afirma:

todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição, e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

Indicando a dimensão social e política do trabalho do historiador, Hobsbawm tem como centro de sua preocupação o problema dos *usos e abusos da História*. A seguir, analisamos esta problemática na obra desse historiador.

### 1.2.1 *Usos e abusos da História em Hobsbawm*

Os usos e abusos da História aparecem, na obra de Eric Hobsbawm, como problema teórico-epistemológico e político do ofício do historiador. A dimensão desse problema para a historiografia está, assim, relacionada à relevância inexorável do passado para a vida humana e à presença deste como elemento imprescindível de toda organização social e, nesse sentido, dos processos sociais e históricos. "O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana" (HOBSBAWM, 2013, p. 25).

Desse modo, para Hobsbawm, cada sociedade organiza-se a partir de uma seleção de parte daquilo que é registrado ou coletivamente lembrado, estabelecida oficialmente como passado, constituindo o "passado social formalizado" que, via de regra, serve como padrão de orientação e norma para o presente e para as gerações posteriores. Copiando e reproduzindo este padrão, a sociedade teria pouca receptividade à inovação e, nesse esquema, a mudança social se daria de forma lenta e gradual. No entanto, também, a conformação de um passado social formalizado implica a rejeição – ou negligenciamento – de certos temas não considerados quando da oficialização desse passado. Nesses *interstícios*, segundo Hobsbawm, podem ocorrer as inovações, quando estas não se opõem diretamente ao passado formal. “‘O passado social formalizado’ é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente”

(HOBSBAWM, 2013, p. 26). Outra forma de "distensão" da estrutura normativa do passado, pela qual a inovação ocorre – como mudanças demográficas ou tecnológicas – pode ser a de uma História *mitologizada* ou *ritualizada*, em que a mudança é absorvida gradualmente no passado social formalizado.

Entretanto, de acordo com Hobsbawm, a medida em que as sociedades passam por mudanças sociais drásticas e aceleradas – para as quais o passado formalizado não oferece orientação, causando com este uma ruptura – esse passado deixa de funcionar como o padrão para o presente, passando a ser um modelo a ser restabelecido e restaurado. Quando a realidade do presente é fundamentalmente diferente do passado formal que é lembrado como modelo e torna evidente que "a tentativa de restabelecer um passado perdido não pode ter sucesso completo" (HOBSBAWM, 2013, p. 31), o passado pode aparecer, então, como elemento para a retórica da apresentação de pretensões novas para o presente, o movimento de travestir de antigo o que, em realidade, é completamente novo.

mais cedo ou mais tarde, é provável que se atinja um ponto em que o passado já não possa mais ser concretamente reproduzido ou mesmo restaurado. Nesse momento o passado fica tão distante da realidade atual ou mesmo lembrada que no final pode se transformar em pouco mais que uma linguagem para definir em termos históricos certas aspirações de hoje que não são necessariamente conservadoras [...] A demanda de restabelecer ou recriar um passado tão remoto que possui pouca relevância para o presente pode ser igual a *inovação total*, e o passado assim invocado pode se tornar um artefato ou, em termos menos lisonjeiros, uma fabricação (HOBSBAWM, 2013, p. 32-33).

O processo de uma "história fabricada" consiste em expressar, em termos históricos, objetivos do presente – imaginados como parte do passado real – estabelecendo, para esses objetivos, precedentes históricos, ainda que não existam. Opera-se, assim, a construção de uma história fictícia adequada ao presente, cuja parte ficcional pressupõe, justamente, a concretização dos objetivos dos construtores. Exemplos claros desse tipo de operação encontram-se nos movimentos nacionalistas modernos estudados por Hobsbawm, como veremos adiante. Nesse aspecto, a história fabricada corresponde a um passado real, mas que é imaginado de outra forma, qual seja, como um passado dotado dos mesmos objetivos e interesses em disputa no presente. Em Hobsbawm, esse tipo de história não justifica ação concreta, mas, como uso retórico, busca conferir legitimidade aos objetivos de mudança social atuais. Trata-se de "inovações que usam ou pretendem usar elementos de um passado histórico real ou imaginário" (HOBSBAWM, 2013, p. 33).

Como elemento de uma história fabricada para a legitimação, o passado converte-se em ferramenta de sustentação das ideologias que orientam os grupos sociais em seus objetivos

políticos e de transformação social. Esse processo implica para a história da coletividade ou sociedade, que o passado deva ser encarado como um precedente coerente do presente e do futuro, um *por vir* histórico, do qual a mudança ou a conservação pretendida pelo grupo que assim o vê, é o resultado lógico esperado. Assim,

o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um "sentido do passado" transformado [...] o que agora legitima o presente e o explica não é o passado como um conjunto de pontos de referência [...] ou mesmo como duração [...] mas o passado como um processo de tornar-se presente. Diante da realidade avassaladora da mudança, até mesmo o pensamento conservador se torna historicista (HOBSBAWM, 2013, p. 35-36).

Desse modo, grupos conservadores ou revolucionários, não raro, atribuem caráter de continuidade à relação passado-presente em sua história, imputando, principalmente, anacronismo a leitura do passado, ou seja, a superposição, no discurso sobre o passado, de imperativos do presente que não encontram correspondência na realidade histórica.

Também nos estudos de Hobsbawm sobre as tradições, a continuidade com o passado aparece como condição para a imposição de preceitos sociais. Esta relação, entretanto, dá-se com o passado "apropriado", artificial<sup>13</sup>. Nesse sentido, para Hobsbawm,

A atração do passado como continuidade e tradição, como "nossos antepassados", é forte [...] Os novos burgueses buscam pedigrees, as novas nações ou movimentos anexam à sua história exemplos de grandeza e realização passadas na razão direta do que sentem estar faltando dessas coisas em seu passado real (HOBSBAWM, 2013, p. 39).

Assim, o tratamento do passado nesse aspecto da história fabricada, configura o uso do passado como instrumento de legitimação política e ideológica – operação discursiva, por meio da qual procura-se tornar legítimo, isto é, aceitável para determinada coletividade, o discurso e os interesses de grupos sociais do presente, baseados em elementos do passado real ou inventado para este fim.

A dimensão do uso do passado como legitimador de ideologias expressa a importância

---

13 Para o autor (1997, p. 09-10), as tradições são entendidas como conjuntos de práticas que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial”.

política desse elemento no processo histórico. O uso do elemento do passado está presente desde a constituição de discursos, nos movimentos políticos e nas relações de dominação e conflito entre classes sociais dominantes e dominadas. Nesse sentido, o passado está associado à luta política enquanto instrumento para a construção ou desconstrução de noções que têm relação concreta com a transformação social.

Todo movimento político que pretenda a construção de uma hegemonia, necessariamente tem de criar, entre outras coisas, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto. Essa leitura não apenas permitirá dar uma lógica ao novo projeto, mas fundamentalmente, permitirá destruir as bases de sustentação do projeto anterior (DIAS, 2014, p. 94).

Decorre disso que na dimensão política e social se engendram disputas pelo passado, ou, mais precisamente, que as classes e grupos sociais empreendem discursos e estabelecem sistemas a partir dos quais sua construção ideológica do passado se torne hegemônica, processo a que Josep Fontana chamou "guerras da história". Para este autor "as classes dominantes não temem a história - ao contrário, procuram produzir e difundir o tipo de história que lhes convém" (FONTANA, 2004, p. 343).

Em Hobsbawm, o conceito de uso e abuso da História remete a um duplo processo. Também para o autor, as estruturas sociais e suas representações, no que concerne ao passado histórico, apresentam uma história que se pretende hegemônica e apoia-se ora no passado selecionado, lembrado ou forjado, ora – em menor medida – no passado erudito, na pesquisa histórica. Daí o fato, também destacado por Fontana (2004), de governos e elites dirigentes se preocuparem com o controle da escrita historiográfica e do ensino de História escolar.

Enquanto o uso da História designa fabricação discursiva sobre o passado que vem a legitimar interesses sociais determinados, tem-se, como uso abusivo da História, a justificação concreta, ou seja, o uso da História que não apenas busca tornar legítimos os interesses, mas procura justificar os atos políticos, as decisões de governo, a tática dos movimentos, a política econômica, entre outras. Em última instância, as estruturas sociais e políticas construídas que se procura conservar ou transformar mediante a ação concreta. Não raro, existe certa orientação ideológica para cada ação justificada com o passado.

por que [...] todos os regimes fazem seus jovens estudarem alguma história na escola? Não para compreenderem sua sociedade e como ela muda, mas para aprová-la, orgulhar-se dela, serem ou tornarem-se bons cidadãos dos EUA, da Espanha, de Honduras ou do Iraque. E o mesmo é verdade para causas e movimentos. A história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de autojustificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa que esta, como o demonstra a história de nações e nacionalismos modernos (HOBSBAWM, 2013 p. 60).

Dessa forma, a *história fabricada* distingue-se entre uso retórico para legitimação de discursos e objetivos de grupos sociais no presente, e as tentativas de restauração, isto é, de justificar o presente pela "restauração" de um passado para o qual pode haver evidência, mas cuja leitura é essencialmente anacrônica, uma vez que uma restauração concreta não é possível. Nesse sentido, a ação concreta no presente (de governos, no movimento político, a mudança social, etc.) pode ser justificada como sendo a restauração do passado – real ou criado para justificação – e não uma inovação. Essa forma de autojustificação do presente pelo passado constitui o abuso da História.

Na medida em que se relacionam com um passado factual, uso e abuso da História se apresentam como práticas que têm o anacronismo por base. "O abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo que em mentiras" (HOBSBAWM, 2013, p. 20). No entanto, anacrônica, esse tipo de narrativa promove deturpação do passado histórico em favor das demandas do presente, configurando, por vezes, a invenção de um passado mítico, que indica relação de complementaridade com o presente.

Desde que se trate de um passado real, o abuso da História pode justificar o presente, afirmando ser este a restauração do passado. Se, por outro lado, o passado não é mais o real, mas construção anacrônica deturpada da História, então substitui a realidade histórica por mitos e invenções sobre o passado (por exemplo, a "antiguidade" do Estado-nação, ou a ascendência de determinado indivíduo ou grupo com outro do passado). Essas categorias têm especial relevância para a identificação coletiva.

Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável (HOBSBAWM, 2013, p. 21).

Esse aspecto evidencia o componente ideológico do abuso da História. Nessa perspectiva, legitimação/justificação política e coesão grupal se vinculam à História, tendo o passado como elemento crucial manipulado para estes propósitos. Verifica-se, em Hobsbawm, formas diferentes de uso deste elemento. Ambas baseiam-se em declarações históricas anacrônicas e, em alguns casos, falsas, pois formuladas a partir de um certo passado imaginado, ignoram a necessidade da demonstração de evidência. Tais declarações, inseridas num quadro político-ideológico, caracterizam-se, também, por elevada carga emocional do discurso. Num primeiro momento, buscam legitimar os objetivos apresentados pelo grupo social em questão, coletivizar seus interesses a partir da vinculação artificial destes com o passado histórico; noutros casos, um segundo estágio pode ocorrer com a justificação das ações do grupo (ou governo, ou instituição, entre outros) como estando supostamente respaldadas pelo passado, o

qual se pretende reconstruir em algum aspecto, implicando a visão de uma desmedida e irreal continuidade entre passado e presente. Na obra de Hobsbawm, uso e abuso da História correspondem, respectivamente, a estes dois momentos.<sup>14</sup>

Embora principalmente vinculado ao "passado social formalizado", como foi dito, os usos da História podem, ainda, se dar em relação ao passado revelado pela pesquisa histórica, ou seja, ao resultado do trabalho de, entre outros, historiadores. "Há muitas causas políticas e ideológicas que claramente se beneficiam da ciência e da erudição, ainda que frequentemente tentadas a desenvolver pseudociência e pseudoerudição com esse propósito" (HOBSBAWM, 2013, p. 189-190). Esta assertiva coloca os usos e abusos como problemática central para o meio historiográfico, na discussão sobre a responsabilidade pública, ético-política e de ofício dos historiadores e seu papel social, conforme será discutido no capítulo 3.

Buscamos, a seguir, investigar os usos e abusos da História no estudo do fenômeno histórico do nacionalismo e da construção histórica do conceito de nação na obra de Hobsbawm, respaldando a relevância da categoria nação – a partir da qual se torna observável a dimensão político-ideológica e o impacto social dos usos e abusos do passado – para o campo da História Pública.

---

14 Em *Sobre História*, Hobsbawm menciona quatro vezes a palavra "abuso" para se referir a um tipo de uso da História, e fornece exemplos de *abuso ideológico*. O autor escreve a respeito do nacionalismo grego, que recusa à Macedônia o nome como tal, baseado na justificativa de que, num passado remoto, ambas as terras estiveram sob um só monarca, sendo a Macedônia, assim, "parte de um Estado-nação grego". Outro exemplo citado por Hobsbawm é a tentativa de croatas em estabelecer uma ligação de ancestralidade entre Zvonimir, o Grande e Tudjman, presidente do país nos anos 1990. Conclui-se que Hobsbawm trata, aqui, do abuso da História enquanto ação ou tomada concreta de posição político-ideológica justificada no passado.

## CAPÍTULO 2

### NACIONALISMO, NAÇÃO E *USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA* EM ERIC HOBSBAWM

“A história é a matéria prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício em heroína.”

Eric Hobsbawm, 1997

A obra de Hobsbawm, no que concerne ao nacionalismo e à construção histórica das nações, vincula este autor ao campo de estudos do pensamento histórico e sociológico que estabelece como aspecto crucial a “modernidade” do conceito nação. Nesse sentido, Hobsbawm parte da mesma perspectiva de análise de autores como John Breuilly, Ernest Gellner e Benedict Anderson, isto é, considera a nação como um fenômeno próprio do contexto político-social da *era das revoluções*, marcadamente, a partir da segunda metade do século XVIII. A nação é uma construção histórica que está intimamente relacionada aos processos sociais desse período: a revolução francesa, industrialização, as revoluções burguesas do início do século XIX entre outros. Para Anthony Smith, assim, “a nação é vista como um conceito e um tipo de organização social exclusivamente modernos, que, para que possam existir, requerem condições especificamente “modernas” de burocracia estatal, capitalismo, secularismo e democracia” (SMITH, 2000, p. 202-203).

Nessa perspectiva, o conceito de nação também possui o caráter de instrumento político, a partir do qual elites e grupos sociais podem mobilizar o sentimento coletivo das massas, orientando as afetividades às políticas de identidade nacional e fins determinados. Desse modo, na análise da escola “modernista/instrumentalista” – em que se pode situar o pensamento de Hobsbawm – a nação como construção histórica se configura elemento de luta política, sujeito a manipulações discursivas e atributos ideológicos (SMITH, 2000).

Nação, originalmente, remete ao território ou região de origem ou, em alguns casos, à descendência ou etnia comum.<sup>15</sup> A partir do século XIX, entretanto, o conceito ganha

---

<sup>15</sup> Para Bobbio (1998), em algumas situações modernas “o termo Nação visa significar mais a ideia *genérica* de comunidade política do que a específica de um tipo bem definido de comunidade política”. Ver BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, UNB, 1998.

significado político, sendo associado ao Estado soberano – expressão política da nação na era da ascensão do liberalismo na Europa (1830-1880).<sup>16</sup> Tal associação e a posterior adesão à nação como um apelo político e de massas é resultado das transformações drásticas ocorridas na Europa desde o século XVIII, da mudança nos sistemas políticos à modernização do próprio Estado. A dissolução de estruturas sociopolíticas pré-modernas engendra a conformação da nação como nova estrutura de identificação coletiva.

Em Hobsbawm, a influência dessas transformações para o nacionalismo e o conceito de nação se vincula à análise da atividade política e intelectual das burguesias liberais, da consciência social da população comum e dos governos. Buscamos, a seguir, analisar esses fatores, conforme abordados pelo historiador, na construção histórica do conceito de nação e a relação deste processo com usos e abusos do passado histórico.

## **2.1 Nacionalismo e a construção histórica do conceito de nação**

Em termos históricos, o surgimento de movimentos nacionais como fenômenos sociais e corrente ideológica – depois associados ao conceito de nacionalismo no final do século XIX – é atribuído à influência dos ideais do pensamento liberal-iluminista e da Revolução Francesa de fraternidade, razão e liberdade. De acordo com Muñoz (1996), com base em escritos como os de Locke, Hobbes e Rousseau, esse nacionalismo moderno é concebido a partir da noção de soberania popular/nacional, sendo o Estado nacional soberano – cujo poder emana da soberania do conjunto dos cidadãos – a autêntica expressão política da nação.

Como parte da agitação antimonárquica, essa noção esteve ligada à demanda liberal por democratização e liberdade econômica, e influenciou os programas das revoluções burguesas das décadas de 1820 e 1830. Simbolicamente, tratava-se de preconizar a derrocada do poder local dos senhores das terras e do pensamento feudal sobre a legitimidade divina do governo monárquico (MUÑOZ, 1996, p. 316). De fato, o advento da identificação nacional foi possibilitado, em grande medida, pelo declínio de concepções tradicionais de mundo, resultante das transformações sociais do período. Benedict Anderson (2008) explica que, historicamente, a nação só pôde ser imaginada quando algumas ideias “perderam o domínio sobre a mentalidade dos homens”. Este autor elege três concepções principais: a primeira relacionada à língua escrita, tida como forma de acesso à “verdade ontológica”,

A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno

---

<sup>16</sup> Para Hobsbawm (1990, p. 50), mesmo período da ascensão política da burguesia europeia, para a qual o conceito de nação se vincula à noção de Estado soberano.

e abaixo de centros elevados – monarcas à parte de outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). Os deveres de lealdade eram necessariamente hierárquicos e centrípetos porque o governante, tal como a escrita sagrada, constituía um elo de acesso ao ser e era intrínseco a ele. A terceira é uma concepção de temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. Juntas, essas ideias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e servidão), e oferecendo a redenção de maneiras variadas (ANDERSON, 2008, p. 69).

Durante o período pós-1815 até a ascensão efetiva da burguesia liberal ao poder político, na década de 1830, o programa da restauração monárquica do Congresso de Viena procurou resgatar essas ideias, propagandeando uma visão da nação como um *ente em si mesmo* – dotada de ancestralidade e existência autônoma, independente da vontade dos povos –, como aporte ideológico para deslegitimar o programa revolucionário liberal (nação = soberania popular) e justificar o restabelecimento do antigo regime (MUÑOZ, 1996, p. 316-317). Assim, o início do século XIX conhece dois conceitos diferentes de nação, sendo um vinculado ao discurso liberal da soberania popular de inspiração iluminista e outro associado à sua resposta reacionária. Hobsbawm denominou esses dois conceitos, respectivamente, de *revolucionário-democrático* e *nacionalista*. De acordo com o autor,

a equação Estado = nação = povo ajustava-se a ambos, mas para os nacionalistas sua inclusão na criação de entidades políticas derivava da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, estrangeiras, enquanto que para a visão revolucionário-democrática o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma nação em relação ao restante da raça humana (HOBSBAWM, 1990, p. 35).

A ruptura com aquelas concepções da sociedade tradicional, como lembra Anderson (2008), se deu em razão do avanço das mudanças econômicas e sociais. Para além do aspecto ideológico, o surgimento de um modelo de comunidade nacional tem causa na transformação das formas de divisão social e sistema político vigentes. Expropriação de terras, migração em massa, a corrosão das relações intercomunitárias rurais e a dissolução de antigas estruturas políticas, com nova perspectiva de atuação política organizada e de ascensão social, foram fatores determinantes.

A identificação do nacionalismo como um fenômeno indissociável do processo de modernização relaciona-se fundamentalmente com as transformações ocorridas na estrutura social da comunidade. Em sociedades tradicionais, as restrições à mobilidade social implicam em tipos diferenciados de legitimidade política, nos quais o apelo a uma comunidade nacional não encontra terreno fértil para desenvolver-se. No caso da estratificação por estados, em especial, a própria representação política assumia o caráter

estratificado, tornando o indivíduo parte de uma categoria específica da sociedade, conforme preconizado pelo direito feudal. Será o rompimento com essa forma de organização política uma das precondições para o surgimento do nacionalismo (ROESLER, 2008, p. 30).

São as mudanças sociais e revoluções políticas do fim do século XVIII e século XIX o processo de rompimento com a antiga ordem, e sua consciência social correspondente, a partir do qual o nacionalismo constrói o moderno conceito de nação. Em sua obra, especialmente *Nações e nacionalismo desde 1780*, Eric Hobsbawm investigou esta construção a partir do impacto que esse contexto sociopolítico teve sobre os sujeitos e classes sociais nela envolvidos.

No sentido essencialmente político (isto é, do Estado soberano que encarnava a soberania popular/nacional) vinculado ao discurso das burguesias liberais e sua intelectualidade, o conceito de nação não esteve associado a governo até a década de 1870/80 (HOBBSAWM, 1990). No período ascendente do liberalismo na Europa, a partir da década de 1830, a ligação entre nação e soberania popular esteve presente, sobretudo, como elemento da propaganda liberal pela mudança da estrutura política e administrativa do Estado, pretendida nos moldes da constituição francesa de 1791.<sup>17</sup>

Conceitualmente, de acordo com Hobsbawm (1990, p. 36), a nação aparecia de forma vaga na teoria liberal e o assunto era tratado pelos teóricos apenas marginalmente em relação aos debates sobre representação política, como no tratado de John Stuart Mill sobre o *governo representativo*. De fato, como se pode considerar a partir de Hobsbawm, em termos econômicos, a nação consistiu num problema teórico para os liberais. Isso porque a economia liberal clássica professada por Adam Smith criticava essencialmente qualquer modelo econômico no qual o Estado era o agente mobilizador do desenvolvimento e, até o século XVIII, as burguesias comerciais mercantis – de onde sairia o capitalista moderno – enriqueceram dentro de suas fronteiras nacionais e conquistaram mercados, principalmente em razão de políticas estatais.<sup>18</sup> Assim, se nação implicava também uma economia nacional, sua existência denunciava imediatamente o *Laissez-faire*, mesmo porque o mercado, na perspectiva liberal, não podia ter seus limites estabelecidos por fronteiras políticas sob a jurisdição de Estados territoriais.

---

<sup>17</sup> Essencialmente um modelo de monarquia constitucional limitando os poderes tradicionais por um parlamento constituído por critérios censitários para o exercício do poder político.

<sup>18</sup> A esse respeito, ver CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

A despeito do liberalismo econômico, o princípio que se convencionou utilizar para definir um povo como nação no século XIX esteve associado ao Estado e à viabilidade cultural e econômica. Nos países cujo desenvolvimento ainda não alcançara o patamar inglês e especialmente nos países que ainda não se constituíam Estados formais – como Alemanha e Itália –, a construção da nação foi vista como um processo de unificação nacional e expansão (territorial e econômica) da nação. Segundo o que Hobsbawm chama de “princípio do ponto crítico”, o Estado deveria ser grande, suficientemente coeso e economicamente capaz para a conquista imperial.<sup>19</sup>

Somado a noção de soberania popular, esse princípio do ponto crítico deu base, no plano ideológico, ao conceito liberal de nação até o final do século XIX, a partir dos três critérios: a associação com um Estado; uma elite cultural que homogeneizasse a língua; e a capacidade de conquista (HOBSBAWM, 1990, p. 49). Com exceção da associação com o Estado, estes critérios, como veremos, não estão sempre presentes, mas são mobilizados como pressupostos da identidade nacional, de forma a legitimar objetivos dominantes, como quando da dominação imperialista europeia sobre as colônias. A nação consistiria no povo soberano, vinculado a um Estado territorial com viabilidade cultural e econômica para a conquista.

Nessa perspectiva, a formação da nação não dependia prioritariamente de critérios pré-existentes de etnicidade, linguagem ou passado em comum, muito embora esses elementos nunca fossem negados, podendo ser usados como forma de reforçar o vínculo das pessoas com o Estado-nação. A nação tinha um significado principalmente político (povo-Estado soberano) e econômico, mas, como explica Hobsbawm, a associação com o Estado era histórica, “ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”. Na ideologia política liberal, a nação constituía um *slogan* da associação durável do povo com o Estado (HOBSBAWM, 1990, p. 49-51).

Apenas o critério ideológico abstrato da soberania popular e o critério econômico da conquista não bastavam, no entanto, para explicar a ligação consciente e duradoura da população com o Estado-nação. Intelectuais da segunda metade do século XIX buscaram estudar aqueles elementos de vínculo coletivo que geravam essa associação, entendidos como critérios da formação da nação.

---

<sup>19</sup> Essa premissa também foi absorvida pela ideologia liberal, que aceitou a nação como um estágio da evolução social humana, na qual os grupos humanos crescem em tamanho (família – tribo – comunidade, etc.) até a escala global (HOBSBAWM, 1990, p. 50).

Em *Nações e nacionalismo*, Hobsbawm aponta que, apesar da função propagandística, esses elementos (linguagem, etnicidade etc.) são insuficientes para indicar a consciência nacional da população em geral, especialmente das classes trabalhadoras mais pobres. O problema, de acordo com o autor, reside em não se poder estender o pensamento das elites letradas sobre a nação, exposto em seus escritos, aos analfabetos.<sup>20</sup>

Apesar dos apelos do nacionalismo linguístico, o elemento da linguagem, por exemplo, não poderia definir a nação até o final do século XIX, pois, segundo Hobsbawm, as línguas vernáculas cotidianamente faladas na Europa eram dialetos interligados que variavam regionalmente, e de fato, a “língua nacional”, assim oficializada, apenas pôde surgir com a instituição escolar e a possibilidade de uma educação de massas (HOBSBAWM, 1990, p. 69). Assim, o processo de construção da língua nacional consistia da escolha e padronização do idioma falado, a despeito das variações locais, por parte das classes educadas e envolvidas na estrutura dos Estados.

Torna-se então claro que, exceto para os dominantes e para os instruídos, a língua dificilmente poderia ser um critério para a existência de uma nação, e que mesmo para aqueles foi necessário escolher um vernáculo nacional (em uma forma literária padronizada) de preferência a línguas mais prestigiosas, sagradas ou clássicas que eram, para as elites minoritárias, um meio perfeitamente prático de comunicação administrativa e intelectual, de debate público e mesmo de composição literária (HOBSBAWM, 1990, p. 73).

A linguagem pode, ainda, ser um elemento forte de identificação popular, mas sua identificação com a língua “pura” da nação como realidade política, afirma Hobsbawm, é uma construção ideológica da intelectualidade nacionalista.

No que concerne à etnicidade, apesar de muitos movimentos nacionalistas formados no final do século XIX reivindicarem, não raro, uma unidade étnica (servindo de base para formas de racismo e xenofobia), as sociedades dos Estados-nação reivindicados, principalmente na Europa central e do leste, são marcadas por grande variedade étnica, sobretudo em razão das ondas migratórias e conquistas territoriais ao longo da história europeia, de modo que uma tal unidade torna-se improvável. Também a religião é apontada por Hobsbawm como um fator passível de ser mobilizado como identificação coletiva, porém, conforme o autor,

---

<sup>20</sup> Aqui se encontra uma diferença importante da análise de Hobsbawm sobre a consciência nacional e a de Benedict Anderson. Para Anderson, justamente o *capitalismo tipográfico*, isto é, o mercado editorial de livros impressos, do século XVI em diante, teve papel fundamental na formação da consciência nacional, pois a unificação de dialetos vernáculos numa única língua impressa e a oficialização de línguas levando em conta seu uso editorial, levou as pessoas que liam e acessavam esses bens culturais a se identificarem coletivamente umas com as outras, criando a base para a identificação nacional em vários países (ANDERSON, 2008 p. 71-83).

frequentemente incapaz, por si só, de criar movimentos nacionais, embora símbolos e rituais de aspecto religioso sejam explorados por nacionalismos modernos (HOBSBAWM, 1990, p. 79-87).

Malgrado serem insuficientes para a formação de uma consciência nacional, em Hobsbawm esses elementos de identificação (chamados de “protonacionais”) são adaptáveis às demandas políticas dos Estados e a movimentos nacionalistas não estatais a partir do final do século XIX. Como veremos, além deles, a historicidade nacional, isto é, o uso do elemento do passado, cumpre papel fundamental para a legitimação desses interesses.

Durante o século XIX, além das revoluções burguesas com as mudanças dos sistemas de representação política, a própria modernização da estrutura administrativa e das funções do Estado implicaram no fomento do nacionalismo e no uso da nação como elemento da propaganda de governo. Hobsbawm aponta que as revoluções nos transportes e nas comunicações, além do implemento da educação primária, estenderam o alcance do Estado a comunidades cada vez mais distantes e estreitaram a relação dos governos com a população. Nesse sentido, esses fatores também favoreceram a noção de pertencer e estar sujeito a um poder central. Com a ampliação do contingente de pessoas elevadas à categoria de cidadãos, essa modernização coloca aos governos o problema da identificação e da lealdade destes ao Estado (HOBSBAWM, 1990, p. 103). Fazia-se necessário legitimar toda a influência exercida sobre a vida social dentro do território dos Estados e, além disso – a medida em que na Europa do fim do século XIX as tensões internacionais tendiam cada vez mais a culminar em conflitos bélicos – mobilizar as massas contra os Estados eleitos inimigos.

Tornou-se pendente aos governos disputar a lealdade da população, assim como sua atividade política, em concorrência com movimentos de classe e outros não alinhados ao Estado. Para os dirigentes, a identificação da nação com o patriotismo estatal, entendido como o dever cívico de defender o Estado contra as ameaças internas e externas, acima de outras identidades, constituiu uma estratégia eficaz nesse sentido. Para Hobsbawm,

A base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente (HOBSBAWM, 1988, p. 204).

Essa base era a mesma para governos e, também, movimentos nacionalistas de direita, não estatais, surgidos no fim do século. O fomento da nação pelos nacionalismos como máxima identificação social, *locus* das reivindicações políticas e, portanto, acima de outras formas de identificação e reivindicação, além de mobilizar os “nacionais” buscava subsumir com o

elemento da luta de classes da dinâmica social. Conforme Hobsbawm, o apelo ao nacionalismo não exclui o apelo social, isto é, demandas de caráter classista poderiam ocorrer simultâneas ao discurso embasado no sentimento nacional. Apesar disso, “políticos nacionalistas e seus adversários, naturalmente, preferiam insinuar que um tipo de apelo excluía o outro, como o uso de um chapéu exclui o de outro ao mesmo tempo” (HOBSBAWM, 1988, p. 205).

Como vimos, as transformações ocorridas no curso dos séculos XVIII e XIX, sobretudo a conclusão das expropriações de terras camponesas, a industrialização, migração em massa e a urbanização, assim como a campanha liberal contra a mentalidade tradicional do antigo regime na primeira metade do século XIX, levaram ao esfacelamento das pequenas comunidades e suas sociabilidades reais, possibilitando o surgimento de uma comunidade nacional imaginada. Os efeitos negativos desses processos para as classes trabalhadoras pobres se evidenciaram nos processos revolucionários desse período (1830-1848), que refletiram, além do discurso liberal antimonárquico, também a organização política do proletariado.<sup>21</sup>

Com o imperialismo, a modernização administrativa e a necessidade criada de o Estado explorar politicamente os sentimentos de vínculo social, a nação configurou um instrumento discursivo para justificar a influência do poder ampliado do Estado sobre a população e deslocá-la da luta de classes, intensificada pela transformação social e escancarada pela agitação política das revoluções burguesas.

O Estado não só fazia a nação mas *precisava* fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o “patriotismo” de todos. As autoridades – numa época sempre mais democrática, não podendo confiar mais na submissão espontânea das ordens sociais aos que lhes eram socialmente superiores, à maneira tradicional, ou na religião tradicional, como garantia eficaz de obediência social – necessitavam de um modo de ligar os súditos do Estado contra a subversão e a dissidência. “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado – para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe (HOBSBAWM, 1988, p. 212).

---

<sup>21</sup> Em *A Era das Revoluções*, Hobsbawm escreve que uma das consequências das revoluções da década de 1830 foi que “‘o povo’ e os ‘trabalhadores pobres’ [...] podiam ser cada vez mais identificados com o novo proletariado industrial como ‘a classe operária’. Portanto, um movimento revolucionário proletário-socialista passou a existir” (HOBSBAWM, 1977, p. 134-135).

Essa “religião cívica” dos Estados difere, contudo, do apelo popular aos nacionalismos não estatais, que surgem no final do século XIX e que, como vimos, também tinham por base explorar politicamente a identificação com a nação. Num certo sentido, ocorre nesse período, que novos movimentos nacionais não alinhados aos governos passam a reivindicar o monopólio do patriotismo e a atacar demais movimentos como ilegítimos. São sintomáticos os nacionalistas flamengos na Bélgica, que se opunham à burguesia local, aberta às relações com a França, além do surgimento do nacionalismo basco na Espanha e, mais característico, o nacionalismo de direita alemão, progressivamente militarista e antissemita (HOBSBAWM, 1988, p. 220-225). Esses novos movimentos concorrem e opõem-se com o Estado, ainda que, em alguns casos, possam ser assimilados pelos governos. A união eventual do patriotismo estatal com esses nacionalismos foi proporcionada pela própria modernização do Estado, principalmente pela instituição da língua oficial e sua disseminação pela escola. Mas a nação proclamada por esses movimentos corresponde a atributos nacionais específicos, não às fronteiras políticas do Estado. Conforme Hobsbawm:

o tipo de nacionalismo que emergiu no final do século XIX não tinha nenhuma semelhança básica com o patriotismo estatal, mesmo se estivesse a ele ligado. Sua lealdade básica não era, paradoxalmente, ao “país”, mas sim à sua versão particular do país: com um construto ideológico (HOBSBAWM, 1990, p. 113).

A nação para esses novos movimentos que conquistaram adesão de massas em toda Europa, estava baseada principalmente no critério etnolinguístico. Esse aspecto favoreceu a associação desse nacionalismo – principalmente o de extrema direita, em países como Alemanha, Áustria e França – com programas baseados no racismo e no antissemitismo, sobretudo depois da incorporação do evolucionismo darwinista pelas ciências sociais. A identificação da etnia com uma “raça” específica como traço crucial da nação, assim como a língua nacional “pura”, são característicos desses movimentos. Seu contexto é o do surgimento de novas classes sociais urbanas em toda a Europa, impulsionado pela industrialização e pelas migrações em massa entre os países, o que gerou, em consequência, a reação conservadora, xenófoba, dos grupos tradicionais fixados contra o estrangeiro e sua interferência no mundo do

trabalho, nos dialetos, a mistura interétnica – reação esta que foi muito bem explorada pela direita política.<sup>22</sup>

Conforme Hobsbawm, o apelo desses movimentos à consciência nacional também esteve vinculado à preocupação com demandas sociais, disputando, portanto, a adesão das massas, principalmente com os socialistas. Assim, a questão da libertação social e econômica também torna-se cara ao discurso nacionalista, principalmente depois de 1917, quando a Revolução, a partir da Rússia, aparece como um caminho possível nesse sentido. Como se sabe, nos países derrotados na Primeira Guerra Mundial, emergiram movimentos revolucionários socialistas de tipo soviético, e o nacionalismo de direita e racista passou a encampar a ação de grupos reacionários apoiados pela burguesia e pelas classes médias, que culminaria no fascismo.

Em Hobsbawm, o período da década de 1870 à Primeira Guerra Mundial e o período 1918-1950 aparecem como os de maior profusão do nacionalismo. No pós-guerra, de acordo com o autor, houve grande difusão geográfica do nacionalismo, pois as potências vencedoras estimularam o princípio da autodeterminação nacional, de forma a evitar a anexação dos novos Estados ao comunismo soviético. Na medida em que os impérios multinacionais austro-húngaro e turco-otomano foram divididos, novos movimentos nacionais surgiram após o Tratado de Versalhes (1919), dentro dos novos Estados nacionais oficialmente instituídos na Europa, e posteriormente, no mundo colonial.

## 2.2 *Nação e usos e abusos da História*

Para Hobsbawm, conforme analisamos, elementos protonacionais, como linguagem e etnicidade, embora não suficientes para estabelecer a consciência nacional, poderiam ser utilizados por movimentos nacionalistas posteriores como elementos de autolegitimação política. Nesse sentido, a importância do critério etnolinguístico para os movimentos nacionalistas surgidos no final do século XIX, se deve ao fato de que esses movimentos, essencialmente novos na Europa, reivindicavam representar “nações” novas, não históricas e, portanto, carentes de legitimidade. A associação com uma suposta unidade étnica e linguística conferia a elas impressão de antiguidade, de projeção duradoura no passado étnico (seja pela descendência biológica da “nação” com um grupo étnico ou pela cultura compartilhada com

---

<sup>22</sup> Sobre este contexto, ver HOBSBAWM, 1988, p. 215-228; e 1990, p. 132-133. Ver também CURTO, Diogo Ramada; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno. **Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral)**. Tempo Social, USP, São Paulo, v. 24, n. 2, Nov./2012, pp. 33-58.

este) e da comunicação. De fato, na análise de Benedict Anderson sobre o capitalismo tipográfico, este “conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação” (ANDERSON, 2008, p. 80). O autor se refere ao mercado editorial criado pela imprensa desde o século XV. No século XIX, esse papel de difusão da língua e sua relação aparentemente “histórica” com a nação coube às escolas. De acordo com Hobsbawm, “a educação reuniu-se aos tribunais e à burocracia como força que tornaria a língua a condição principal da nacionalidade” (HOBSBAWM, 1988, p. 214).

Assim, a tentativa de conferir caráter histórico para nações novas, produtos de novos nacionalismos, é característica desses movimentos, no intento de justificar-se para os grupos por eles eleitos “nacionais” com base em critérios que, em tese, os relacionam ao passado. Outros estudiosos do nacionalismo consideraram a importância dessa ligação da nação com uma duração no tempo. Ernest Gellner salienta que o nacionalismo surge como a confirmação de novas unidades, mas “utilizando como matéria-prima heranças culturais, históricas e de outros tipos provenientes do mundo pré-nacionalista” (GELLNER, 1988, p. 71. Tradução nossa).

Hobsbawm também considera esse processo como parte constitutiva da construção do ideário nacional. Contudo, em Hobsbawm, esse processo aparece como o uso ilegítimo ou abusivo do passado, politicamente orientado a partir de operações fraudulentárias da história.

O exemplo-padrão de uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. [...] As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras (HOBSBAWM, 2013, p. 370).

O aspecto da historicidade presente nos elementos protonacionais, tidos por movimentos nacionalistas do final do século XIX como formadores da nação (HOBSBAWM, 1990, p. 126), revela já a centralidade do elemento do passado como instrumento para a legitimação da nação e, conseqüentemente, para a justificação do nacionalismo enquanto movimento político. Esse uso instrumental do passado aparece na obra de Hobsbawm como fenômeno chave na história do nacionalismo moderno e nas construções do conceito de nação.

De fato, para além da linguagem, da etnia ou da religião, em *Nações e nacionalismo* Hobsbawm considerou que a “nação histórica”, isto é, a consciência de uma ligação durável com a comunidade nacional, fora o critério mais decisivo mesmo para o protonacionalismo anterior ao final do século XIX e, como vimos, o mesmo critério é válido para movimentos do

fim do século, não raro incorrendo na deturpação da realidade histórica para auto justificação. Além do enfoque etnolinguístico, Hobsbawm (1990, p. 126), apontou nesses movimentos “seu historicismo e o sentido de missão histórica; e a reivindicação da paternidade de 1789”, característica da presença de um sentido de passado e associação direta com processos históricos. Para o autor, essa característica faz parte da afirmação da nação moderna, tanto por movimentos nacionalistas, quanto pelos Estados nacionais europeus para os quais, segundo Hobsbawm, a “questão nacional” se tornou um problema de legitimidade política na segunda metade do século XIX.

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizada na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

Assim, a questão da vinculação da nação com o passado está presente como imperativo não somente aos movimentos de afirmação nacional, mas – e de forma mais decisiva – às classes dominantes e dirigentes nacionais. Como vimos, com a modernização administrativa do Estado, a crescente democratização da política e com o avanço econômico europeu no fim do século XIX (levando à possibilidade de conflitos bélicos), os governos fomentaram a nação como forma de identificação e garantia de lealdade dos cidadãos às causas do Estado. Nesse processo de construção identitária, as tentativas de associar Estado e população a um passado grandiloquente – mais glorioso no discurso do que de fato – são, para Hobsbawm, uma constante.

O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. De fato, na natureza das coisas não costuma haver nenhum passado completamente satisfatório, porque o fenômeno que essas ideologias pretendem justificar não é antigo ou eterno mas historicamente novo [...] O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar (HOBSBAWM, 2013, p. 18).

Como analisamos, em Hobsbawm o uso ideológico da História se dá, entre outros aspectos, pela noção construída de uma continuidade entre passado e presente. Nesse sentido, a construção da nação e de um patriotismo estatal correspondente pelos Estados implicou a construção de uma história nacional que pressupõe a unidade, a conquista e a prosperidade (econômica, territorial) como determinação histórica das nações, principalmente nos países recém unificados no final do século XIX, como no Segundo Império Alemão, bem como na Terceira República francesa após 1870.

A modernização e as transformações políticas nesses Estados<sup>23</sup> acompanhou a incorporação de elementos simbólicos da nação (como a bandeira, o hino etc.) e da ligação de continuidade entre a população alemã e a monarquia prussiana, bem como entre a república francesa e o espírito revolucionário de 1789. Na França, isso implicou a instituição de uma educação primária baseada em princípios republicanos e uma grande profusão de cerimônias e monumentos públicos exaltadores da “nação” francesa (HOBSBAWM, 1997, p. 279-280). A evocação da nação, tendo como ano de nascimento 1789, principalmente pela comemoração anual do “Dia da Bastilha”, criado em 1880, permitiu, segundo Hobsbawm, a manutenção da estabilidade política na França pela mobilização seletiva do passado revolucionário.

Pela anexação deliberada da tradição revolucionária, a Terceira República apaziguou os social-revolucionários (como a maioria dos socialistas) ou isolou-os (como os anarco-sindicalistas). Em consequência disso, era agora capaz de mobilizar até mesmo a maioria de seus adversários potenciais da esquerda para defender uma república e uma revolução do passado, constituindo uma frente única com as classes que reduziu a direita a uma permanente minoria no país (HOBSBAWM, 1997, p. 278).

A incorporação da história da Revolução Francesa no discurso político e no simbolismo da Terceira República faz-se um exemplo de abuso ideológico da História para a legitimação da nação e justificação da ordem política, conforme o pensamento de Hobsbawm a respeito da questão. Como vimos, para o historiador, as sociedades se organizam por uma seleção do passado que é coletivamente lembrado e, quando não oferece mais ao presente seu padrão, o passado torna-se um elemento de legitimação de interesses novos, apresentados como tentativas de “restabelecer” o passado. Assim, a Terceira República francesa alude a um momento revolucionário específico, o da tomada da Bastilha, evitando referências a momentos posteriores da revolução, nos quais se manifestaram as principais divisões político-ideológicas<sup>24</sup>, como para destacar a “unidade” da nação nascida em 1789, de forma a desautorizar as posições divergentes de republicanos moderados e radicais e, principalmente,

---

<sup>23</sup> A unificação dos estados germânicos em acelerado desenvolvimento industrial na década de 1860, pretendida pelo ministro prussiano Bismarck, constituiu uma ameaça à França de Napoleão III, que declarou guerra à Prússia em 1870. Com a derrota do exército francês e a prisão de Napoleão no mesmo ano, republicanos de Paris declararam o fim do Império e o início da Terceira República francesa. Também o Segundo Império Alemão é proclamado como resultado da vitória prussiana, e o cerco a Paris permanece até 1871, culminando na retirada de setores do governo e da burguesia parisiense, assim como a tomada do controle político da cidade pelos operários, com a Comuna de Paris.

<sup>24</sup> A exemplo do período jacobino de 1793-94, no qual a oposição moderada foi fortemente perseguida. Ver HOBSBAWM, 1997, p. 280.

dos socialistas – estratégia necessária para justificar uma ordem política erigida sob a sombra da Comuna de Paris (1871).

O mesmo problema de sustentar no passado uma pretensa unidade nacional aparece em Hobsbawm quanto ao nacionalismo do Segundo Império Alemão. De acordo com o autor, a legitimidade histórica da unificação alemã tornava necessário transmitir a ideia da continuidade entre o Primeiro e o Segundo Império, caracterizando este último como resultado de uma vontade nacional historicamente enraizada e da ligação histórica entre a Prússia e o Império alemão que nasce em 1871. Desse modo, implicou a construção de uma história nacional centrada nos conflitos externos e no evento em que teve origem o Império, a guerra franco-prussiana, apresentada como franco-alemã, como indicação de uma experiência histórica *nacional*.

Hobsbawm aponta essa construção do passado como ferramenta do Segundo Império Alemão para legitimar a unidade da nação – e a continuidade “histórica”, desde o Primeiro Império – com o Estado imperial fundado no fim do século XIX.

A principal dificuldade na maneira de atingir tais objetivos era, em primeiro lugar, que a história do Santo Império Romano da nação alemã era difícil de ser adaptada a qualquer molde nacionalista do século XIX, e, em segundo, que sua história não afirmava que o desenlace de 1871 fosse inevitável, nem mesmo provável. Podia ser relacionada a um nacionalismo moderno apenas por meio de dois artifícios: pelo conceito de um inimigo secular nacional contra o qual o povo alemão havia definido sua identidade, lutando para obter a unidade como Estado; e pelo conceito de conquista ou supremacia cultural, política e militar, pelo qual a nação alemã, espalhada por grandes partes de outros países, principalmente na Europa central e oriental, podia reivindicar o direito de unir-se num Estado Maior alemão (HOBSBAWM, 1997, p. 282).

O uso instrumental do passado aparece em Hobsbawm como justificação da ordem política e do Estado nos casos francês e alemão, confirmando o pensamento do autor sobre abuso ideológico da História. Nesse sentido, em Hobsbawm, esses usos e abusos constituem fenômenos cruciais do nacionalismo moderno, sobretudo da segunda metade do século XIX, sem os quais a nação que os dirigentes buscavam representar não possui legitimidade social e política.<sup>25</sup> Ainda de acordo com o autor, os Estados Unidos pós-Guerra de Secessão (1861-

---

<sup>25</sup> Nacionalismos da primeira metade do século XX também manifestaram usos do passado como elemento de propaganda à nação, dos quais o Terceiro Reich é o exemplo mais marcante. Como considerou Alcir Lenharo: “Esse era um recurso teatral bastante utilizado pelos nazistas: “exorcizavam” acontecimentos de forma a corrigi-los “historicamente”, impregnando de significado “puro” e “original” aquilo que se dera fora dos desejos nazistas” (LENHARO, 1986, p. 43). Para um estudo mais aprofundado sobre o uso do passado antigo pelo fascismo na Europa, ver: SILVA, Gláydson José da. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

1865) apenas pôde assimilar o grande contingente de imigrantes pelo incentivo à aceitação dos “rituais que comemoravam a história da nação – a revolução e seus fundadores (4 de julho) e a tradição protestante anglo-saxônica (Dia de Ação de Graças)” (HOBSBAWM, 1997, p. 287).

Outros exemplos da vinculação entre o conceito nação (conforme difundido pelas elites nacionais cultas) e o uso do passado estão presentes na obra do autor, ora como análise teórica – como o faz em *A invenção das tradições* –, ora como crítica à ideologia nacional. O nacionalismo judeu sionista surgido no final do século XIX e, mais precisamente, sua reivindicação de formar um Estado nacional judeu no território ocupado pelos palestinos, tendo como justificativa a identidade “histórica” dos judeus contemporâneos com o povo hebreu antigo, é denunciado por Hobsbawm tanto em *Nações e nacionalismos* quanto em *Sobre História*.<sup>26</sup> Ainda neste último, o autor tece críticas aos historiadores que, por sua orientação política, corroboram com as versões nacionalistas da história, indicando para a responsabilidade pública do ofício, conforme abordamos adiante (capítulo 3).

Ainda no que concerne ao uso do passado pelo nacionalismo europeu do século XIX (sobretudo França e Alemanha), o uso da história escrita também se fez presente, isto é, a vinculação da historiografia profissional com a ideologia nacionalista de então constituiu uma estratégia central de justificação política dos Estados.

### 2.3 *Historiografia a serviço da nação*

O século XIX europeu forjou o surgimento da ciência histórica e da História enquanto disciplina acadêmica. Ao longo desse período, o estudo erudito do passado se vinculou a diferentes abordagens – convergentes e divergentes com o pensamento iluminista do século XVIII – ganhou métodos e se profissionalizou, sendo alvo de investimentos do Estado e inserido nos ambientes acadêmicos. O desenvolvimento das ciências em geral também levou historiadores a postularem o caráter científico do conhecimento histórico. No plano epistemológico, isto implicou um pretense afastamento da História das chamadas *Filosofias da História*, entendidas por historiadores alemães e franceses desse período como especulações universalizantes, que obstruíam a objetividade do conhecimento. Foi nesse sentido que se deram as teses da Escola Científica Alemã, cujo maior expoente foi Leopold Von Ranke (1795-1886),

---

<sup>26</sup> O autor destaca a estratégia política da elite judaica de eleger o hebraico como língua oficial, mesmo não sendo mais usado por 95% dos judeus, como forma de associação com os hebreus antigos, e chega a caracterizar a pretensão sionista por um Estado moderno como a negação da realidade histórica do povo judeu. Ver HOBSBAWM, 2013, p. 33/46 e 1990, p. 64-65.

e que influenciaram grandemente historiadores franceses, tais como Gabriel Monod e Ernest Lavisse, servindo de base, também, para as formulações da “Escola metódica” francesa.

Assim, a História Científica, no século XIX, procurou, formalmente, repelir as noções da História determinista, teleológica ou de “leis” da História, representadas pelo providencialismo cristão, pela noção iluminista de progresso e pelo marxismo. O trabalho do historiador, nessa perspectiva, se daria na avaliação estrita dos documentos, sua veracidade e seu conteúdo, sendo a História, portanto, um “espelho” dos fatos contidos nas fontes. Estas fontes, em geral, são documentos oficiais ligados a eventos e personalidades políticas, ficando como principais temas discutidos os assuntos de Estado. Nesse modelo, o historiador configura um sujeito passivo, neutro quanto ao objeto de sua pesquisa. De acordo com José Carlos Reis “a história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto” (REIS, 2011, p. 23).

Essa neutralidade professada pelos precursores da História-ciência, entretanto, mostra-se falaciosa na própria produção historiográfica desses historiadores, eles próprios vinculados ao pensamento filosófico e aos projetos políticos de seu tempo. Para além disso, tendo como pano de fundo as lutas sociais internas, as disputas externas e seu lugar no quadro econômico internacional do imperialismo, os Estados europeus do século XIX, como mencionamos antes, buscaram afirmar seu poder sobre as populações sob seu controle e legitimar sua estrutura social e sua ordem política por meio de instrumentos ideológicos, dentre os quais se destacam o apelo à nação e, ainda, a instituição de uma educação de massas. Esses dois fatores não estão desvinculados, e atuam em conjunto influenciando a produção historiográfica do período.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2005), a Filosofia exerceu grande influência nas concepções sobre a História em todo o século XIX, sobretudo na Alemanha, especialmente o pensamento de Kant e Hegel. Kant propôs uma separação mais evidente entre observador e objeto, tendo maior impacto metodológico para o estudo da História. Em Hegel, principal representante da Filosofia da História na Alemanha, a realidade (e portanto a história) aparece como projeção do “Espírito”, e pensamento e mundo concreto são dados em relação dialética. Já nesta Filosofia, aparece a predileção pela afirmação nacional alemã, ancorada à memória.

Por trás de um tal projeto filosófico se percebe um projeto nacional: em 1793, Hegel escrevera que não acreditava que os alemães tivessem menos sentimento do que outras nações pelos méritos dos antepassados; e augurava uma era em que isso se tornasse central no pensamento alemão (CARDOSO, 2005, p. 138).

No mesmo sentido, também um dos principais influenciadores do pensamento histórico alemão foi Johann Von Herder que, de acordo com Cardoso (2005, p. 138), seguiu

uma tendência contrária ao iluminismo, pois, evitando as generalizações, propunha a “ideia de que cada povo tem seu próprio devir e suas próprias potencialidades”. A inclinação nacionalista é característica da tendência do “Contra-Iluminismo”, na qual se encontram o próprio Ranke e outros historiadores alemães do século XIX. Cardoso pontua, ainda, a exigência do ensino da História Alemã nas escolas como traço dessa tendência após a ocupação napoleônica.

A História, nessa historiografia alemã está, assim, estreitamente ligada à história do Estado Prussiano. Em 1806, ocorreu a dissolução do Sacro Império Romano Germânico, forçada pela França napoleônica. Como consequência, a Prússia foi forçada a uma aliança desvantajosa com a França. A busca do Estado Prussiano por um alinhamento com a Rússia, em seguida, desencadeou um conflito armado entre o exército francês e o prussiano, que levou à quase extinção do reino da Prússia, com a perda de muitos territórios.<sup>27</sup> A derrota do Sacro Império e da Prússia – as mais importantes formações políticas no território germânico – e a caracterização vexatória desses processos, constituíram um fator de agregação social em torno de uma unificação que marcou o nacionalismo alemão no século XIX, e do qual os historiadores não estiveram isentos.

Todo o processo de profissionalização da História no século XIX não se deu sem relação com o contexto sociopolítico desse período. Nesse sentido,

O despertar epistemológico da História, vivido na Alemanha do século XIX referenda um momento singular em que o pensamento histórico, ou suas idéias-força parecem tomar consciência de si, historicizando-se, situando seus lugares e sua pertença, confrontando sua própria história e projetando-se no futuro. Nascia a ciência histórica. Outro detalhe importante era a convergência particular de ciência e política, visto existir um diálogo intenso entre pensamento histórico e ação política, haja vista a história subsidiar e ser subsidiada pelo debate político em torno da unificação alemã, dos conflitos territoriais e do nacionalismo emergente de tal maneira que nem mesmo Ranke escapou a isso (BENTIVOGLIO, 2010, p. 23).

Na mesma perspectiva que Herder, Ranke afirmava cada sociedade como possuidora de características próprias e, embora fosse defensor da objetividade crítica, isenta, da História, seus escritos estiveram vinculados à moral protestante e ao Estado como sujeito histórico, também fazendo referência à unificação alemã.

Ranke se interessava pela “originalidade” de um povo, de um indivíduo, pela psicologia individual dos grandes homens políticos. Era um conservador: nacionalista, interessava-se especialmente pelas questões dos Estados e defendia as posições da nobreza alemã (REIS, 2011, p. 21).

---

<sup>27</sup> A esse respeito, ver SILVA, André Honório Mendes Pheeney. **Liderança Prussiana na Formação do Zollverein.** (Monografia). Universidade de Brasília, 2012.

Ainda de acordo com Julio Bentivoglio, “para a maioria dos historiadores alemães, a dominação napoleônica evocou o nacionalismo germânico” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 27). Nesse sentido, Cardoso (2005) afirma que a reforma da monarquia prussiana, ocorrida ainda no contexto dessa dominação, foi abordada por muitos historiadores alemães como o início de uma “era de liberdade”, que, contudo, preservou a ideia de integração social, aludindo à unidade da Alemanha como nação.<sup>28</sup>

Assim, a historiografia alemã do século XIX respondeu aos interesses dominantes nos estados germânicos e da Prússia, capitaneados, sobretudo, na figura de Otto Von Bismarck, a partir da associação entre a história prussiana e alemã, dada na experiência comum com o inimigo francês. Assim, a História acadêmica, agora institucionalizada nas universidades, como em Berlim, pretendeu conferir legitimidade histórico-científica para o nacionalismo que se conformava no projeto de unificação. Para Cardoso:

pode-se dividir o século passado em dois grandes cortes: 1820-1870, isto é, até a unificação alemã; e 1870-1914. No primeiro período, apesar de seu forte nacionalismo, os historiadores alemães tinham afinidades com intelectuais estrangeiros, sobretudo ingleses; no segundo, fecharam-se no próprio mundo alemão, desenvolvendo uma ideologia fortemente chauvinista (CARDOSO, 2005, p. 139).

O segundo período indicado corresponde à consolidação da unificação sob o Segundo Império Alemão. Como vimos, para Hobsbawm (1997), o Império buscou justificar a nova estrutura política a partir de um conceito de nação essencialmente ligado ao Estado prussiano, ante a necessidade de dar base à consciência nacional. Nesse contexto, contribuíram para este projeto “historiadores como Karl Lamprecht [...], identificado de perto com o Estado prussiano como núcleo da cultura alemã e de seu conteúdo ‘ético’ e, portanto, com um nacionalismo alemão cada vez mais exacerbado” (CARDOSO, 2005, p. 143).

Talvez o mais sintomático do viés nacionalista da historiografia alemã desse período seja o discurso de posse da reitoria da universidade de Berlim, proferido por Theodor Mommsen em 1874. A certo trecho, diz o historiador:

Eis o horizonte do futuro: organizar o Estado institucionalizado de forma que o comércio alemão, a manufatura alemã, a arte alemã, a ciência alemã, a

---

<sup>28</sup> Do mesmo contexto é, também, a declaração de guerra da Prússia à França de Napoleão, em 1813, conflito no qual um grupo de voluntários destacou-se por usar as cores preto, vermelho e amarelo-ouro, que ainda hoje colorem a bandeira nacional alemã. Ver: MÖDERLER, Catrin. **1813: Prússia declarava guerra a Napoleão. DW Brasil, 2021.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1813-pr%C3%BAssia-declarava-guerra-a-napole%C3%A3o/a-306365>. Acesso em: 10/11/2021.

sociedade alemã e a vida alemã continuem equiparadas ou se equiparem ao poder da nação (MOMMSEN in MARTINS, 2010, p. 114).

Na França, o desenvolvimento da historiografia profissional acelerou-se, sobretudo, após 1870, simultâneo às leis que regulamentaram os níveis de ensino na Terceira República. O principal marco desse desenvolvimento foi a *Révue Historique*, periódico de História criado em 1876, que foi o principal difusor dos ideais da Escola metódica francesa, inspirada nos princípios rankeanos da História científica. Nesse período pós-guerra franco-prussiana, essa historiografia apresenta forte teor nacionalista, imputado pela derrota francesa e estimulado pela necessidade do Estado em justificar uma nova configuração política – a república – decretada em meio ao conflito.

A *Révue Historique* seria o órgão de difusão do conhecimento histórico pelo qual se pretendia a afirmação do caráter científico da História acadêmica francesa e, nesse sentido, da legitimidade histórica da nova ordem política, advinda da leitura da história da França feita pelos seus expoentes, tais como Gabriel Monod, Gustave Fagniez, Charles Seignobos e Ernest Lavisse. “A *Révue Historique* se declarava neutra, imparcial, devotada à ciência positiva, fechada às teorias políticas e filosóficas. Na prática, defendia a República, combatia a Igreja Católica e, apesar de copiar os alemães, era nacionalista” (REIS, 2011, p. 27).

A vinculação da historiografia da Escola metódica com o nacionalismo francês se deu, de forma mais evidente, na produção historiográfica direcionada ao ensino escolar. Como foi dito, a partir do final do século XIX, a educação fora um instrumento crucial de fomento à ideologia nacional e, nesse quadro, o ensino de História cumpre papel fundamental.

Na Terceira República francesa (1870-1940), a História Metódica participou da composição do ideário escolar, por meio dos manuais escolares. O manual mais difundido foi o *Petit Lavis* (1884), este manual, longe de conter a objetividade e a imparcialidade científicas veementemente proclamadas pelos adeptos da Escola Metódica, apresentava um conteúdo ideológico pautado no nacionalismo, na exaltação à pátria, e na vingança ao inimigo germânico, bem como, o culto às grandes personalidades e seus atos (DANTAS, 2007, p. 05).

De fato, de acordo com Bourdé e Martin (2003, p. 97), “os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial”. Para os autores, no que concerne à História, esses manuais se compõem de noções básicas, dentre as quais se destaca a de uma “França eterna”, existente desde os tempos mais remotos, coroada como nação na Revolução de 1789 e pela ascensão da república, sempre em exaltação à “Mãe Pátria”. “Na primeira geração, de 1880 a 1898, a propaganda

nacionalista é desenfreada, em proporção da humilhação sentida depois da derrota de 1870-1871” (BOURDÉ e MARTIN, 2003, 111).

A produção historiográfica francesa desse período confirma o ideário nacional, a exemplo da ambiciosa coleção projetada por Lavissee junto a um grupo de historiadores acadêmicos, intitulada *História de França da época galo-romana à revolução*, sintomática da ideia de uma nação “histórica”. O objetivo político do trabalho dos historiadores franceses desse período, ou, sua pretendida função na formulação da ideologia nacional, fica evidenciada no documento-manifesto escrito por Gabriel Monod em 1876, que estabelece os princípios da *Révue Historique*:

No que respeita especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram na nossa Pátria partidos hostis ligando-se cada um a uma tradição histórica especial, e aqueles que mais recentemente mutilaram a unidade nacional lentamente criada pelos séculos, criam-nos o dever de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história. É apenas por isso que todos podem compreender o laço lógico que liga todos os períodos do desenvolvimento do nosso país e mesmo todas as suas revoluções; é por isso que todos se sentirão os rebentos do mesmo solo, os filhos da mesma raça, não renegando nenhuma parte da herança paterna, todos filhos da velha França, e ao mesmo tempo todos cidadãos pela mesma razão da França moderna. É assim que a história, *sem se propor outro fim e outro objetivo a não ser o lucro que se tira da verdade*, trabalha de uma maneira secreta e segura para a grandeza da Pátria ao mesmo tempo que para o progresso do gênero humano (MONOD in BOURDÉ e MARTIN, 2003, p. 118).

A semelhança com o discurso de Theodor Mommsen, de 1874, faz-se clara, demonstrando a estreiteza da relação entre os historiadores e os objetivos da produção historiográfica com o nacionalismo francês e alemão do fim do século XIX. Não se tratam estes dos únicos países em que isto se deu. A consolidação da História-ciência nesse período – inclusive pela própria necessidade de investimentos por parte dos Estados para sua institucionalização – implicou, também, em demais países que a historiografia demonstrasse sua utilidade política. Daí, não raro, o desenvolvimento de uma História a confirmar as estruturas de poder e projetos políticos, ora mais, ora menos carregados de uma ideologia nacional.

a conduta mais perigosa residia na postura acrítica com relação aos poderes e grupos hegemônicos em cada contexto e situação explorados [...] Ao eleger um mirante político específico, estabelecido de cima, com uma perspectiva linear e contínua de progresso, os autores incorporavam, mesmo que inconscientemente, um parâmetro de análise no qual o critério de verdade e o sentido da história, bem como sua evolução política rumo aos Estados-nação modernos, estavam definidos *a priori*. Em certo sentido, o fio condutor da história política, sob fortes tonalidades nacionalistas, assumia o modelo dos Estados-nação do século XIX e do início do século XX, notadamente das

potências imperialistas europeias, como paradigmas da evolução política e civilizacional dos agrupamentos humanos mais desenvolvidos (MARCZAL, 2016, p. 45).

Nesse sentido, a associação entre nacionalismo e trabalho historiográfico revela não somente as pretensões nacionalistas dos historiadores, mas, antes, a importância da História para os dirigentes e classes dominantes, cujos interesses se articulam sob o símbolo da nação. A História profissional possui, assim, a potencialidade de promover a “científico” o discurso político embasado no passado histórico. Conforme já abordamos, em Hobsbawm essa é uma característica indispensável ao nacionalismo moderno.

Seria possível negar que os movimentos nacionalistas se fortaleceram pelas dedicadas investigações eruditas do passado de seu povo, mesmo que os próprios movimentos (enquanto distintos dos estudiosos a eles associados) possam considerar a fantasia e a falsificação tão úteis – talvez mais úteis – quanto a investigação cética, ainda que engajada? (HOBSBAWM, 2013, p. 190).

O enfoque nos casos francês e alemão demonstra a realidade histórica desse fenômeno. Todavia, em sua obra, Hobsbawm empreende mais que a análise histórica sobre História e historiografia em relação ao nacionalismo. Enquanto historiador marxista, o autor estabelece uma dupla crítica: à nação como ideologia política que usa o passado como elemento de autolegitimação; e à historiografia nacionalista, ou aos historiadores cuja produção historiográfica serve, deliberadamente ou não, às ideologias, especialmente a nacional.

De fato, para Hobsbawm, a dimensão política da História e, portanto, do ofício do historiador, é inerente ao campo, não sendo possível, nesse sentido, exigir um posicionamento completamente isento dos historiadores em relação aos fatos comprovados pela pesquisa histórica. O engajamento, para o autor, se dá na própria seleção dos fatos a serem pesquisados, enquanto objetos de pesquisa evidenciados por procedimentos científicos, cuja interpretação possui implicações políticas.

É inevitável que a história esteja tão profundamente impregnada de ideologia e política que seu próprio tema e objetos sejam, de tempos em tempos, colocados em questão, especialmente quando se lembra que suas descobertas resultam em consequências políticas indesejáveis. Isso foi evidenciado pela história acadêmica alemã no período anterior e, de fato, posterior a 1914. [...] O fato de que seja assim, de que nós, historiadores, operamos na zona nebulosa onde a investigação daquilo que *é* – e mesmo a escolha do que *é* – resulta afetada por quem somos e por aquilo que desejamos que aconteça ou não aconteça: este é um fato de nossa existência profissional. E, no entanto, temos um objeto (HOBSBAWM, 2013, p. 104).

Hobsbawm admite a posição de “advogados” que os historiadores incorrem no risco de assumir, mais que outros intelectuais, visto que seu objeto de conhecimento é passível de ser mobilizado politicamente. O nacionalismo figura, para ele, como um dos principais compromissos políticos que podem levar a este posicionamento. O autor, porém, destaca a necessária distinção a ser feita entre a atividade de defesa de uma causa política e a discussão científica (HOBSBAWM, 2013, p. 187-188). Para Hobsbawm, esta distinção é essencial e implica que a produção historiográfica – o trabalho de investigação histórica e da escrita – esteja isenta de identidades políticas, embora seja inevitável que os historiadores se posicionem em relação aos fatos por eles abordados.

Nesse sentido, há em Hobsbawm uma advertência categórica aos historiadores quanto as implicações que o uso do passado e da história escrita feito pelo nacionalismo coloca para seu trabalho, seu papel social como intelectual e sua responsabilidade pública e de ofício. Discutiremos esta questão no capítulo seguinte.

### CAPÍTULO 3

## NACIONALISMO E O OFÍCIO DO HISTORIADOR EM ERIC HOBSBAWM

“O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representa um perigo para a ideia de nação”

Ernest Renan, 1882

O marxismo como manifestação política e corrente de pensamento se caracterizou como um contraponto ao nacionalismo vigente no século XIX. Embora não sejam aprofundadas as considerações teóricas de Marx e Engels a respeito da nação, o marxismo enquanto proposta política e a análise marxiana da História apontam na direção da crítica ao pensamento nacionalista e à influência da ideologia nacional sobre o movimento proletário. Em parte, isso se deve à noção – que prevaleceu até o fim do século – apresentada pelos autores alemães no *Manifesto do partido comunista*, qual seja, a do capitalismo como um processo de homogeneização das sociedades, sob o mesmo modo de produção.<sup>29</sup>

Assim, as particularidades, incluindo as nacionais, ficavam a segundo plano, e a identificação nacional apenas importava na medida em que pudesse fazer avançar ou retroagir a revolução proletária, ainda assim merecendo pouca atenção de Marx. Disso decorre, no entanto, uma posição política clara do comunismo de matriz marxista (e de seus herdeiros) sobre a ideologia nacional de seu tempo, à época da primeira publicação do *Manifesto*, em 1848: “Os comunistas só se diferenciam dos demais partidos proletários pelo fato de, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, eles [...] ressaltarem e fazerem valer os interesses comuns da totalidade do proletariado, *independentemente de nacionalidade*” (MARX e ENGELS, 2012, p. 59). Assim, o *Manifesto* lança as bases da concepção internacionalista do movimento comunista, que se consolidará com a fundação da Primeira Internacional, em 1864.

---

<sup>29</sup> Para Marx e Engels: “a burguesia insere a todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado” [...] “com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de vida dela decorrentes, as especificidades e diferenças entre os povos vão desaparecendo cada vez mais” (MARX e ENGELS, 2012, p. 48 e 65-66).

A existência concreta de um movimento político internacionalmente articulado sob influência do pensamento de Marx num período de grande profusão do nacionalismo europeu em diversos países, situa o marxismo como contracorrente ideológica no continente, além do que este representava, justamente, o movimento de classe e grande parte dos proletários socialistas, aqueles que, precisamente, movimentos nacionalistas buscavam combater.

A nação apenas passa a ter um lugar mais elaborado nas análises marxistas no início do século XX, já no contexto da Segunda e Terceira Internacional, por um lado em função do problema da dominação colonial na África e na Ásia; por outro, pelo advento de uma nova compreensão do desenvolvimento capitalista por parte dos marxistas – cujo mais importante formulador foi Leon Trotsky –, consolidada na chamada *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, ou seja, a noção de que o modo de produção capitalista não é homogêneo, mas, ao contrário, se desenvolve desigualmente, subjugando algumas regiões e impelindo-as a darem “saltos” no avanço de suas forças produtivas. Daí surge a importância que pode ter a identificação e a afirmação nacional contra a dominação capitalista de uma região sobre outra.

No contexto da Revolução Russa, o debate se deu em torno da autodeterminação nacional às regiões do antigo império, defendida por Lenin, e cuja crítica coube à Rosa Luxemburgo. Segundo Tragtenberg (2007, p. 103), a posição de Luxemburgo esteve baseada na ideia de que “a realização dessa autodeterminação nacional num país dividido em classes, na prática, levará à autodeterminação da classe dominante, em nome da nação”. Somado às contribuições de Kautsky, Otto Bauer e, mais tarde, Stalin, este é um período de grande importância para o marxismo em relação à “questão nacional”, tendo influenciado trabalhos futuros do pensamento histórico e sociológico sobre as nações e o nacionalismo.

A historiografia marxista do século XX, a partir, sobretudo, da História Social Inglesa, com Hobsbawm, absorveu a crítica marxista à ideologia nacional como parte do trabalho historiográfico de análise do nacionalismo moderno. Em *Nações e nacionalismo*, o próprio autor indicou os debates marxistas da Segunda Internacional sobre a questão nacional como o “primeiro grande esforço em conceber uma análise desinteressada do assunto” (HOBSBAWM, 1990, p. 12).

Nesse sentido, a incorporação do marxismo pela historiografia, especialmente pela historiografia britânica, a partir das décadas de 1950 e 1960, trouxe consigo, também, a consideração do debate marxista nos estudos sobre a nação, os quais têm em Hobsbawm a contribuição da crítica ao uso ideológico da história pelo nacionalismo. O autor se destacou entre o grupo de historiadores membros do Partido Comunista Britânico que desenvolveram seus estudos tendo o marxismo por método, em parte por sua dedicação a temas considerados

de natureza fundamentalmente política, como é o nacionalismo. Assim, como demonstramos, Hobsbawm aborda o componente de classe do fenômeno nacionalista – tendo o marxismo como método de análise histórica – e o papel ideológico nele desempenhado pelo passado. Desse modo, o trabalho de Hobsbawm apresenta a crítica do nacionalismo como objeto histórico, bem como da análise teórica e histórica escrita a respeito da nação.

Conforme Hobsbawm, não houvera, na Inglaterra, tradição marxista na historiografia até a formação de seu grupo, que veio a compor a História Social Inglesa, no período 1946-1956 (KAYE, 1989, p. 11). Por essa razão – sendo o marxismo a principal teoria crítica do nacionalismo –, foi nessa historiografia marxista britânica do pós-guerra que se deu a crítica à nação mais teórica e metodologicamente embasada até então, o que se demonstra nos estudos de Hobsbawm sobre o assunto em *A era das revoluções* (1962), *A era do capital* (1975), *A era dos impérios* (1987) e, por fim, em *Nações e nacionalismo* (1990).

Embora Hobsbawm não encerre o debate político sobre a questão nacional, sua produção historiográfica situa o marxismo como principal método para uma análise crítica do nacionalismo e da ideologia nacional. Para além disso, no que diz respeito ao uso e abuso ideológico da História pelo nacionalismo, Hobsbawm propõe, a partir de sua análise histórica, uma abordagem crítico-combativa para o historiador, sendo base para a análise do papel social do seu ofício e de sua responsabilidade pública como intelectual.

### **3.1 Hobsbawm e o marxismo como crítica à nação**

A perspectiva crítica de Hobsbawm em relação à nação como ideologia política e às experiências nacionalistas dos séculos XIX e XX, apontada por muitos de seus contemporâneos e críticos se deve, pode-se dizer, a dois fatores principais: o primeiro diz respeito à própria biografia do historiador e sua experiência com o século XX europeu; o segundo, ao marxismo como escolha política e método de análise histórica em seu exercício profissional.

Durante sua trajetória, Eric Hobsbawm não teve afinidade a nacionalidade alguma. Seus primeiros anos foram um apanhado de experiências em países diferentes, e sua própria origem não favorecia essa identificação. Nasceu em Alexandria, no Egito sob domínio britânico, filho de pai inglês, e mãe austríaca. Durante a infância e adolescência, sua família se mudou para Viena e, depois, Berlim. Já sob a guarda dos tios (após a morte de seus pais), com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha em 1933, a família, judia, mudou-se novamente, desta vez para a Inglaterra, onde Hobsbawm, nos anos seguintes, decidiu estudar História,

entrou para o Partido Comunista, e em cujo exército serviu durante a Segunda Guerra Mundial, alocado na inteligência britânica.<sup>30</sup>

A experiência migrante e seu interesse, desde adolescente, pela História, impediram a Hobsbawm o mesmo apelo à identificação nacional de muitos dos jovens de sua época (inclusive, a exemplo extremo, a juventude hitlerista). Mais tarde, o autor deu exemplo da fragilidade da propaganda nacional de sua época, se observada em perspectiva histórica, aludindo à nação como uma construção política:

Este autor lembra-se de ter sido submetido a tal peça de invenção política (malsucedida) em uma escola primária austríaca da metade dos anos 20, na forma de um novo hino nacional que tentava, desesperadamente, convencer as crianças de que um punhado de províncias que sobraram ou que foram arrancadas da secessão do império Habsburgo formava um todo coerente que merecia amor e devoção patriótica; uma tarefa em nada facilitada pelo fato de que a única coisa que tinham em comum era que a maioria de seus habitantes queria juntar-se à Alemanha (HOBSBAWM, 1990, p. 112).

Além disso, pode-se dizer que seu próprio interesse pela política e suas impressões sobre os processos sociais de seu tempo teriam contribuído para uma posição crítica da ideologia nacional em sua época. Hobsbawm crescera na Europa em que o nacionalismo, principalmente sob o nazismo e o fascismo, justificara a guinada autoritária em países como Alemanha, Itália e Espanha, significando para muitos repressão violenta, perseguição política e morte. A noção negativa que Hobsbawm teve desses processos, bem como seu interesse prematuro pela História e pela atividade política, o levaram à aproximação crítica com o marxismo. “O desejo de participar dos debates acesos sobre os problemas europeus da época (década de 1920 e início dos anos 1930) levou o garoto franzino e desengonçado ao encontro de Marx e Engels” (MARTINS in LOPES e MUNHOZ, 2010, p. 73).

No que concerne ao nacionalismo dentro do marxismo como seu campo político e teórico, Hobsbawm tratou do tema a partir de elementos do debate entre os marxistas, bem como à luz do pensamento do próprio Marx. Para o autor, é importante procurar não extrair dos textos de Marx o que não possuem, isto é, toda a carga do debate posterior sobre suas ideias. Assim, Hobsbawm abordou a questão como parte das ideias políticas ou, mais precisamente, da teoria marxista do Estado. As concepções políticas de Marx e Engels, embora relegadas em sua própria teoria à superestrutura que se ergue sobre a base da produção material, foram objeto de importantes discussões para o debate político em seu tempo. Em *Como mudar o mundo:*

---

<sup>30</sup> Conforme MARTINS, Marcos Lobato. **Eric Hobsbawm**. In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei José (Orgs.) **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo, ALAMEDA, 2010.

*Marx e o marxismo*, Hobsbawm (2011, p. 56) formulou que, quanto ao Estado, essas concepções se deram em quatro pontos centrais, quais sejam: o Estado como expressão do poder político, fruto da contradição de classes; o Estado como representante dos interesses da classe dominante; o Estado destinado a desaparecer na sociedade comunista; e o Estado como mecanismo ainda necessário a serviço do proletariado no período de transição capitalismo-comunismo. Como corpo que concentra o poder político legitimador da sociedade burguesa, o Estado adquire, ainda, expressões políticas e ideológicas, em que se enquadra o aspecto “nacional” do Estado burguês. Conforme Hobsbawm:

Cumpra mencionar brevemente outra complicação da teoria marxista do Estado. Na medida em que não era um mero aparelho de governo, mas um aparelho baseado em território [...] o Estado tinha também uma função no desenvolvimento econômico burguês como “nação”, que seria a unidade desse desenvolvimento, pelo menos na forma de várias grandes unidades territoriais desse tipo (HOBSBAWM, 2011, p. 58).

Uma característica do Estado nacional (enquanto unidade do desenvolvimento econômico das burguesias) para a análise política é que este pode parecer restringir a luta de classes às lutas nacionais, razão pela qual o pensamento e a estratégia política de Marx e Engels sempre estiveram pautados na situação internacional de cada período, e mesmo no apelo ao internacionalismo. Segundo Hobsbawm: “A revolução era para eles um fenômeno essencialmente internacional, e não um mero agregado de transformações nacionais. A estratégia que imaginaram era essencialmente internacional” (HOBSBAWM, 2011, p. 74).

Hobsbawm menciona o apelo de Marx à Primeira Internacional quanto a necessidade de a classe trabalhadora inteirar-se das relações internacionais, posto que, acusava Marx, as classes dominantes da Europa agiam com semelhante indiferença em relação à subjugação do Cáucaso pela Rússia e à repressão czarista ao levante revolucionário na Polônia, em 1863.<sup>31</sup> Tal apelo deixa implícita a noção de que o futuro da revolução dependia do restante dos países por ela influenciados, daí a importância da política e da articulação internacional.

No mesmo sentido, aponta Hobsbawm, para Marx e Engels, a guerra como fenômeno internacional poderia desempenhar um papel de causa da revolução social, como no caso da guerra franco-prussiana para a Comuna de Paris. Além disso, durante certo período, uma guerra – envolvendo, necessariamente, a Inglaterra – contra a Rússia, foi, para Marx, uma condição

---

<sup>31</sup> **Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores.** Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwihtfHwg7r1AhVTrpUCHRx7BdwQFnoECAgQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.fafich.ufmg.br%2F~luarnaut%2Fmanifesto\\_ait.pdf&usq=AOvVaw0Y4DMXnql0-moMiLN1zeah](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwihtfHwg7r1AhVTrpUCHRx7BdwQFnoECAgQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.fafich.ufmg.br%2F~luarnaut%2Fmanifesto_ait.pdf&usq=AOvVaw0Y4DMXnql0-moMiLN1zeah) .

para o sucesso de qualquer revolução no ocidente, pois o império russo era visto como o principal polo reacionário. A Polônia era a única região subversiva da Rússia e, por isso, também estratégica para o cálculo político de Marx. Depois da década de 1860, a própria Rússia passou a ser vista como uma possível propulsora da revolução para a Europa e, mais uma vez, era crucial a articulação internacional.

Conforme Hobsbawm, a guerra deixou de ser um elemento importante para a revolução, em Marx e Engels, a partir da percepção, na segunda metade do século XIX, de que o conflito internacional levaria, justamente, ao fortalecimento do chauvinismo nacional em cada país, favorecendo as classes dominantes em detrimento dos movimentos proletários (HOBBSAWM, 2011, p. 80). Aqui também se desenha a noção do nacionalismo como fenômeno potencialmente mais reacionário que progressista, na visão marxiana.

Apesar de os partidos socialistas surgidos no período final do século serem partidos nacionais, Marx e Engels frisaram a necessidade de união entre os movimentos por eles representados e a importância que o crescimento ou enfraquecimento de um movimento em um país teria nos demais da Europa, sendo que as reivindicações nacionais de cada movimento/partido deveriam ser adiadas em favor do avanço do movimento proletário internacional.

Assim, os avanços de cada movimento, mesmo os de caráter nacional, não deveriam, para Marx, possuir um fim em si mesmos, se não em relação à libertação de todo o proletariado, especialmente na Europa ocidental. Para Hobsbawm, o fato de, na teoria marxista, o desenvolvimento capitalista se dar mediante unidades “nacionais” não pode ser associado à crença nacionalista. Segundo o historiador, até 1848, Marx e Engels estiveram ligados à esquerda republicana nacionalista (a única esquerda real no período), mas rejeitaram o nacionalismo – posição indicada, também, pelo fato de que a própria Alemanha não ocupou um lugar central nos seus escritos políticos.

Marx e Engels podem ser criticados por subestimar a força política do nacionalismo em sua época ou por deixar de oferecer uma análise satisfatória desse fenômeno, mas não por incoerência política ou teórica. Eles não eram a favor de nações enquanto tais, e menos ainda a favor da autodeterminação para qualquer uma ou todas as nacionalidades enquanto tais. [...] Como analistas, eles compreendiam que a sociedade capitalista se desenvolvia mediante a subordinação de interesses locais e regionais a grandes unidades – e provavelmente terão desejado, a partir do *Manifesto*, a formação de uma verdadeira sociedade mundial (HOBBSAWM, 2011 p. 75-76).

A análise de Hobsbawm, portanto, destaca o internacionalismo como estratégia política no pensamento de Marx e Engels, base da crítica marxista à ideologia nacional, que se faz presente na análise histórica e política do autor sobre o nacionalismo.

O nacionalismo se apresenta como problema político aos marxistas, bem como aos historiadores, marxistas ou não, em teoria e na prática, posto que, segundo Hobsbawm (1983), marxismo e análise histórica implicam, ambos, na recusa do nacionalismo como ideologia. Ainda de acordo com o autor, conquanto não possam ser nacionalistas, os marxistas precisam enfrentar o problema do nacionalismo em suas manifestações políticas e definir sua própria política em relação a ele, esfera em que a questão nacional se coloca como questão mais prática que teórica.

Entendendo o nacionalismo como fenômeno histórico moderno, coube aos marxistas a tarefa de identificar como o nacionalismo pode fazer avançar a causa do socialismo, nos casos em que se admite que pode fazê-lo. Nesse sentido, a atitude marxista em relação ao fenômeno no século XX não foi, segundo Hobsbawm, o repúdio completo, tampouco o apoio indiscriminado.

A noção de nacionalismo “progressivo” foi alvo de importante debate para o marxismo. Em princípio, se considerou que os movimentos nacionalistas progressivos seriam os de caráter anti-imperialista – isto é, dirigidos contra o domínio econômico, político e cultural estrangeiro nos países pobres – que, como na América Latina<sup>32</sup>, aludem à necessidade do desenvolvimento da indústria e da burguesia nacionais.<sup>33</sup>

O princípio de Lênin da autodeterminação nacional, no entanto, ampliou este conceito, considerando-se, a partir de então, progressivo que os marxistas assumissem, também, pautas nacionais (dirigindo movimentos de orientação nacionalista), assim como os movimentos de resistência nacional contra o fascismo (HOBSBAWM, 1983, 140-141). O caráter progressista

---

<sup>32</sup> Ver: HOBSBAWM, Eric. **Nacionalismo e nacionalidade na América Latina**. In: HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución: A era das utopias na América Latina**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017, pp. 473-490.

<sup>33</sup> Cabe lembrar, de passagem, que a premissa da necessidade do desenvolvimento industrial burguês nos países de capitalismo atrasado como condição necessária para o surgimento de um proletariado autoconsciente e para a revolução, orientou a política de muitos marxistas, sobretudo no terceiro mundo, que se posicionaram em apoio a governos nacionalistas de esquerda, com programas desenvolvimentistas, em detrimento da luta revolucionária imediata. Esta posição foi justificada, na maioria das vezes, por uma concepção determinista equivocada do marxismo, segundo a qual apenas o desenvolvimento capitalista, demonstrado no processo histórico europeu, poderia levar a contradição de classes ao patamar de revolução social. Noutras palavras, o capitalismo era necessário ao socialismo, o que, assim posto, Marx nunca dissera.

desses movimentos não estaria somente na pauta do avanço das forças produtivas, mas na possibilidade de organização da classe trabalhadora em prol do socialismo.

A presença de marxistas em movimentos nacionalistas, entretanto, de acordo com Hobsbawm (1983), não levou ao avanço da causa socialista na experiência do século XX, dando razão à crítica de Rosa Luxemburgo, segundo a qual a “autodeterminação” das nações postulada no programa do Partido Social-Democrata Russo era desconexa do socialismo marxista, assemelhando-se às palavras de ordem do nacionalismo burguês.<sup>34</sup>

Em Hobsbawm, ainda, a consideração precisa do marxismo enquanto teoria de análise e como engajamento político, não permite, objetivamente, uma vinculação concreta com o nacionalismo:

Os marxistas enquanto tais não são nacionalistas. Não podem sê-lo enquanto teóricos, posto que passa a ser teoria nacionalista (tampouco como historiadores, considerando a velha e acertada observação de Ernest Renan, de que uma característica essencial das nações consiste em entender mal sua própria história); nem podem sê-lo na prática, dado que o nacionalismo, por definição, subordina aos interesses de sua específica “nação” todos os demais. Não necessitamos assumir uma posição luxemburguista para afirmar categoricamente que qualquer marxista que, ao menos em teoria, não está disposto a contemplar os “interesses” de seu próprio país ou povo subordinados a interesses mais amplos, faria melhor em reconsiderar suas lealdades ideológicas. Isto, por outro lado, não tem que aplicar-se somente aos marxistas (HOBBSAWM, 1983, p. 138. Tradução nossa).

Assim, embora na prática o socialismo e o nacionalismo se relacionem, colocando para os marxistas o problema concreto dessa associação, a questão para o marxismo está posta em relação aos interesses determinantes para o avanço do movimento socialista, isto é, a primazia da classe sobre as demais identidades, do proletariado sobre a nação. “O perigo real para os marxistas é a tentação de acolher o nacionalismo como uma ideologia e um programa, em vez de aceita-lo de forma realista como um fato, como um elemento em sua luta de socialistas” (HOBBSAWM, 1983, p. 146. Tradução nossa).

Hobsbawm destaca que a rejeição ao nacionalismo tem relação direta com a compreensão histórica do fenômeno, indicando aos historiadores a responsabilidade pela análise histórica crítica das nações, enquanto intelectuais (marxistas ou não) cujo ofício tem grande relevância para o debate público sobre o passado e as implicações políticas e sociais dos

---

<sup>34</sup> Para Luxemburgo, “tal axioma, ou não expressa nem significa absolutamente nada e é um clichê vazio que não leva a nada, ou implica o dever incondicional dos socialistas de apoiarem todas as tendências nacionais, e neste caso é francamente equivocado”. Ver LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1909/mes/autonomia.htm>. Acesso em: 08/01/2022.

usos da História. Como veremos, historiador marxista, Hobsbawm sempre se posicionou contrário à maior parte das experiências nacionalistas de seu tempo, além do que indicou o nacionalismo como principal movimento político deturpador da realidade histórica em muitas sociedades, razão pela qual o ofício do historiador, em suas considerações, tem em relação aos nacionalismos um papel crucial de elucidação e desconstrução de mitos nacionais.

### *3.2 Un danger pour la nationalité: a responsabilidade pública do ofício do historiador em Hobsbawm*

Como intelectual de importante projeção pública em sua época, Hobsbawm formulou sua própria visão da intelectualidade e de seu papel em relação à sociedade e à política, especialmente influenciado pelos escritos do pensador marxista italiano Antonio Gramsci. O conceito gramsciano de intelectual “orgânico” diz respeito ao surgimento do intelectual como intrinsecamente ligado à formação e afirmação do grupo social dominante. Hobsbawm identifica, na obra de Gramsci, os intelectuais como elemento do “aparelho de domínio”, cuja funcionalidade social seria garantir a hegemonia e a autoridade da classe que os gera (HOBSBAWM, 2011, p. 295). Nesse sentido, o intelectual não existe em separado das classes sociais, como categoria autônoma ou como “elite” social pensante, mas sua atividade corresponde ao lugar social em que se encontra e no qual se forma. Em Gramsci:

Todos os homens são intelectuais, se poderia dizer, portanto; mas, nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...] Assim, historicamente, se formam categorias especializadas para o exercício da função intelectual, se formam em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes e passam por elaborações mais extensas e complexas em conexão com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve rumo ao domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que é tanto mais rápida e eficaz quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2021, p. 199-200).

Hobsbawm incorpora a noção gramsciana da intelectualidade em relação estreita com os interesses sociais dominantes – ou do uso dos intelectuais pelas classes dominantes – em sua análise, na formulação sobre a importância do estudo erudito (em seu caso, da pesquisa histórica) e, conseqüentemente, dos profissionais intelectuais no campo social. Em *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*, o autor escreve que os primeiros intelectuais forneceram a ideologia necessária à coesão dos sistemas sociais e políticos mais antigos. “Os primeiros senhores do monopólio da instrução seriam aqueles que Antonio Gramsci chamou de

“os ‘intelectuais orgânicos’ de todos os grandes sistemas de dominação política” (HOBSBAWM, 2013b, p. 226).

Segundo Hobsbawm, o surgimento de uma esfera pública letrada criou um campo para intelectuais dedicados à literatura, e a ascensão do Estado moderno implicou o surgimento de novas funções para intelectuais em geral. Até a metade do século XIX, no entanto, de acordo com o autor, estes constituíam grupos muito pequenos. Foi com a expansão da indústria e a instituição da educação primária e, no século XX, com a expansão do ensino superior e das indústrias de mídia, que o contingente de intelectuais se ampliou indefinidamente (HOBSBAWM, 2013b, p. 226-236).

Nesse percurso, o controle do aparelho do Estado e do capital investido nas indústrias definia, em grande medida, o caráter da atividade intelectual, à exceção dos ambientes acadêmicos mais livres e da ação de intelectuais independentes ou divergentes. A noção contemporânea do intelectual “engajado” ou politicamente comprometido remete a estes últimos, especialmente ao papel por eles desempenhado no episódio conhecido como “caso Dreyfus”. Emile Zola denunciara, em 1898, os erros cometidos no julgamento do capitão judeu do exército francês Alfred Dreyfus, acusado, com base em documentos falsos, de dar informações secretas sobre tecnologia bélica francesa ao exército alemão. Outros estudiosos do período se somaram a causa, assinando uma petição que exigia a revisão do processo, caracterizando a atuação intelectual de relevância política.<sup>35</sup>

Para Hobsbawm (2013b), a associação com a crítica e com a oposição em política também foi característica dos intelectuais da década de 1860 em diante, visão reforçada por seu envolvimento na vida política e em questões polêmicas, como no caso Dreyfus. Isso, de acordo com o autor, não muda o fato de que a atividade de muitos intelectuais – “orgânicos”, ou seja, surgidos no seio dos interesses de classe, ou mesmo tradicionais – serviu para legitimar objetivos políticos.

a ascensão de um público leitor em massa e, portanto, o potencial propagandístico das novas mídias ofereceram inesperadas possibilidades de destaque para intelectuais conhecidos que até governos podiam utilizar. Mesmo depois de transcorrido um século, é constrangedor lembrar o miserável manifesto dos 93 intelectuais alemães, assim como os de seus pares franceses e britânicos, destinados a reforçar o caso espiritual de seus

---

<sup>35</sup> Adriane Vidal Costa menciona o caso em seu estudo sobre o papel dos intelectuais públicos na América Latina. A autora aponta que a intervenção de Zola e dos demais inaugurou “uma concepção de militância que passou a delinear a função social do intelectual”. Para a autora “os intelectuais que pediram a revisão do processo de Dreyfus interferiram na esfera pública defendendo uma causa, o que implicou em ação e compromisso. Portanto, esses intelectuais engajaram-se em uma causa moral, por via de uma ação política” (COSTA, 2016, p. 300).

respectivos governos beligerantes na Primeira Guerra Mundial. O que tornava esses indivíduos signatários tão valiosos de tais manifestos não era a perícia em negócios públicos, mas a reputação de escritores, atores, músicos, cientistas e filósofos (HOBSBAWM, 2013b, p. 227).

Assim, para Hobsbawm, a atividade intelectual esteve, desde sempre, caracterizada pelas disputas sociais, não deixando de haver, nesse escopo, possibilidade para o posicionamento crítico por parte dos intelectuais.<sup>36</sup> Conforme analisamos, o vínculo entre as ideologias e movimentos nacionalistas com a intelectualidade historiográfica foi elemento da afirmação de Estados e sistemas políticos no século XIX e, em Hobsbawm, o uso e abuso do passado histórico foi uma operação crucial para a justificação do nacionalismo. Nesse sentido é que o autor considera o exercício do ofício do historiador de uma perspectiva contra hegemônica, isto é, combativa em relação aos usos político-ideológicos da História e às ideologias promovedoras dessas deturpações.

No que concerne à ideologia nacional, Hobsbawm concebe a crítica ao nacionalismo como um princípio fundamental do ofício do historiador. As críticas mais importantes do autor em relação às experiências nacionalistas e ao dever dos historiadores diante desses fenômenos se deram no contexto do final do século XX, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, em que escreve as principais obras nas quais denuncia a relação entre nação e uso político-ideológico da História.

Em *Sobre história*, Hobsbawm aborda exemplos do nacionalismo moderno para os quais a construção de mitos baseados no passado foi o principal elemento do discurso político legitimador da realidade ou do programa nacionalista. O autor destaca a seriedade da substituição da história por mitos nacionais, na medida em que estes se tornam parte da representação oficial do passado em movimentos que operam com violência ou mesmo em Estados nacionais. O Estado de Israel aparece diversas vezes em suas análises, tanto em relação ao nacionalismo sionista (que justifica Israel no “direito histórico” do povo hebreu antigo à Terra Prometida), quanto ao uso político do Holocausto, que, de acordo com Hobsbawm, “nos anos de governo da direita, foi transformado em uma espécie de afirmação ritual nacional da identidade e superioridade do Estado israelense e um elemento central do sistema oficial de crenças nacionais, ao lado de Deus” (HOBSBAWM, 2013, p. 22).

---

<sup>36</sup> No mesmo sentido, também em Gramsci a atividade intelectual não é fadada somente à reprodução dos interesses sociais dominantes: “Todo homem, afinal, fora de sua profissão, realiza algum tipo de atividade intelectual [...] participa de uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e assim *contribui para manter ou modificar uma concepção do mundo, ou seja, para despertar novas formas de pensar*” (GRAMSCI, 2021, p. 238-239).

O autor ainda reconhece o avanço gradual da historiografia irlandesa e israelense, no sentido de um rompimento com o viés nacionalista dominante naqueles países. A esse respeito, contudo, Hobsbawm lembra que a historiografia crítica coexiste com os movimentos políticos inspirados no passado deturpado e com estruturas políticas e educacionais (livros didáticos, etc.) que seguem a mesma noção. Dessa forma, para o autor,

não podemos esperar a passagem das gerações. Temos de resistir à *formação* de mitos nacionais, étnicos e outros, no momento em que estão sendo formados. Isso não nos fará populares. Thomas Masaryk, fundador da República Tcheca, não era popular quando ingressou na política como o homem que provou, com pesar mas sem vacilação, que os manuscritos medievais nos quais se apoiava grande parte do mito nacional tcheco eram falsos. Mas isso tem que ser feito (HOBSBAWM, 2013, p. 23).

O exemplo de Masaryk a que faz menção o autor, suscita a questão que perpassa pela contribuição de Hobsbawm à reflexão teórica da História, a relação passado-presente como dimensão inerente da sociedade humana. Noutras palavras, a denúncia de uma realidade histórica no espaço político indica uma responsabilidade em relação ao passado como determinante do presente. Para Hobsbawm, essa responsabilidade pesa fundamentalmente para os historiadores, os quais, nesse aspecto, se inserem no campo social no papel de “atores políticos”. Segundo o autor, “essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular” (HOBSBAWM, 2013, p. 19). A crítica em relação aos mitos nacionais deve se dar aos abusos da História cometidos no momento de suas formações, ou seja, no contexto da articulação entre o passado “formalizado” e os interesses políticos em disputa no presente.

Assim, Hobsbawm vincula o exercício profissional do ofício do historiador em termos de uma ação concreta em relação à sociedade contemporânea, determinada pela relação desta com o passado. Para o autor, o exercício dessa responsabilidade deve ter por base a evidência e a distinção – essencial para os historiadores – entre fato e ficção, entre o passado verificável e as invenções políticas.

O nacionalismo constitui, para Hobsbawm, o principal exemplo de ideologia e movimento político que baseia seu programa em usos e abusos do passado histórico. Para o autor, como vimos, o passado exerce sobre a sociedade um papel de guia para o presente, como um padrão a ser reproduzido pelas gerações. Com o advento das transformações sociais, entretanto, o passado converte-se num modelo da realidade perdida, à qual a sociedade pretende retornar por via de uma “restauração”. Hobsbawm afirma o caráter impraticável desse retorno

ao passado, de forma que a proposição de uma tal restauração se configura, no discurso de alguns grupos sociais, a pretensão de tornar realidade interesses totalmente novos, apresentados em termos históricos. Ora, o nacionalismo moderno é situado pelo autor como fenômeno que opera essencialmente desse modo, associando ao passado a nação que afirma representar, malgrado o fato de esse tipo de identificação ser uma construção muito recente.

O retorno ao passado ou é o retorno a algo tão distante que tem que ser reconstruído, [...] ou, o que é mais provável, um retorno a algo que nunca existiu realmente, mas foi inventado para tal fim. O sionismo, ou, nesse sentido, qualquer nacionalismo moderno, não poderia ser concebido como retorno a um passado perdido, porque o tipo de Estados-nações territoriais, dotados do tipo de organização que ele visava, simplesmente não existiu até o século XIX. Teve de ser inovação revolucionária que se fantasiava de restauração. De fato, teve de inventar a história da qual dizia resgatar a fruição (HOBSBAWM, 2013, p. 46-47).

A invenção e os usos da história operados pelo nacionalismo moderno implica diretamente à profissão dos historiadores, seja pelo fato constatado de a historiografia profissional ter produzido conteúdo histórico alinhado ao viés nacionalista – experiência característica, como vimos, da historiografia francesa e alemã do século XIX – seja, por outro lado, pela responsabilidade que, para Hobsbawm, esse problema cria para o ofício do historiador contemporâneo, haja vista seu distanciamento desses exemplos nos quais a história acadêmica ajudou a legitimar a “nação”, e seu possível envolvimento com as ideologias nacionais do presente.

Uma vez que historiadores também estão suscetíveis às preferências políticas e que, por isso, seu trabalho pode servir, mesmo que involuntariamente, a interesses de determinados grupos sociais, esse problema também indica para a dimensão ética do seu ofício e, nesse sentido, a necessária escolha entre consentir com essas ideologias ou criticar, com base na evidência histórica, essas pretensões que utilizam o passado.

O problema para os historiadores profissionais é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas [...] os não acadêmicos que necessitam e consomem a mercadoria que os historiadores produzem, e que constituem o seu mercado mais amplo e politicamente decisivo, não se incomodam com a nítida distinção entre os "procedimentos estritamente científicos" e as "construções retóricas" [...] Seu critério do que é "boa história" é a "história que é boa para nós" - "nosso país", "nossa causa", ou simplesmente "nossa satisfação emocional". Quer gostem disso ou não, os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não profissionais (HOBSBAWM, 2013, p. 369).

Essa condição apontada pelo autor coloca ao ofício do historiador, para além da responsabilidade para com os fatos históricos e os usos retóricos do passado, a dimensão do uso

político do trabalho historiográfico, que também se faz presente na experiência histórica do nacionalismo moderno. Como demonstramos, para Hobsbawm, o estudo erudito do passado serviu de legitimação “histórica” dos Estados-nações e a própria instituição escolar, desde o fim do século XIX, nesse sentido, configurou um elemento de disseminação e aceitação da ideologia nacionalista por via do ensino de uma história “nacional”, tão antiga quanto grandiosa.

Assim, em Hobsbawm, a pesquisa histórica que, por força de seu contexto político, tende a confirmar o discurso de grupos sociais em disputa pela representação do passado que melhor se adequa às suas demandas, pode alçar como instrumento de afirmação ideológica que foge ao controle da historiografia acadêmica. Por isso, conquanto os historiadores, enquanto tais, não tenham intenção de legitimar projetos políticos, devem estar atentos aos possíveis usos que estes projetos façam do seu trabalho, prontos a criticá-los, na medida em que esses usos se caracterizam pela deturpação – em geral anacrônica – da história escrita, em detrimento dos critérios científicos da pesquisa. Ainda que estejam pessoalmente de acordo com tais projetos, para Hobsbawm, é dever dos historiadores a crítica às ideologias que se apoiam no uso e no abuso do passado em geral, caracterizados por descontextualizações, anacronismos e falseamentos da realidade histórica.

De fato, para Hobsbawm, a própria investigação do processo de construção histórica das nações e do nacionalismo moderno não permite aos historiadores a defesa do discurso nacionalista no que concerne ao passado. O autor parte da contribuição de Ernest Renan acerca da construção do ideário nacional, para afirmar que a representação nacionalista da História resulta de elementos dos usos e abusos do passado característicos dos processos construção identitária coletiva. Segundo Hobsbawm (1990), os primeiros nacionalismos modernos se fundam na afirmação de um Estado com pretensa projeção num passado longínquo, baseado em critérios como linguagem, etnicidade e religião, que associam a sociedade do presente à uma “nação” histórica. Para o autor, esse processo de construção de uma identificação nacional também mobiliza o passado real, ainda que o mais remoto, como fator de justificação dos interesses do nacionalismo, caso, como mencionado por Hobsbawm, dos judeus sionistas e do nacionalismo grego, nas reivindicações pelo Estado de Israel e Macedônia, respectivamente.

Conforme abordamos (vide capítulo 2), em sua própria análise histórica, em *Nações e nacionalismos*, Hobsbawm procura demonstrar a falácia dos elementos protonacionais de linguagem e etnicidade como geradores de consciência nacional, não possuindo estes a unidade e antiguidade afirmada pelo nacionalismo. No mesmo sentido, em *Sobre História*, o autor critica as fundamentações no passado do sionismo e do nacionalismo grego. Em *A Invenção*

*das Tradições*, Hobsbawm desvela o caráter político da representação da história da revolução pela Terceira República francesa, bem como da associação do passado do império germânico e do Estado prussiano ao nacionalismo do Segundo Império Alemão. Tais exemplos de abusos político-ideológicos da História se basearam, essencialmente, em representações anacrônicas – versões do passado impregnadas de noções políticas do presente – ou omissões – ocultamento deliberado das diferenças entre as formações e disputas sociais do passado e do presente.

Nesse sentido, o próprio Hobsbawm, por via de sua obra, age no sentido de elucidar usos imprecisos e abusivos do passado histórico por experiências nacionalistas na Europa, assumindo, assim, a responsabilidade intelectual por ele afirmada como sendo essencial ao ofício de qualquer historiador, isto é, a crítica do abuso político-ideológico da História. Uma vez que o nacionalismo promove tais abusos e que a investigação histórico-científica, por sua vez, revela a fragilidade e a falseabilidade do discurso nacionalista sobre o passado, é que o autor estabelece a importância de tal crítica em relação a essa ideologia.

A atividade profissional dos historiadores é dismantelar essas mitologias, a menos que se contentem – e receio que os historiadores nacionais muitas vezes se contentam – em ser os servos dos ideólogos. Essa é uma contribuição importante, ainda que negativa, que a história pode nos dar a respeito da sociedade contemporânea, e os políticos não costumam agradecer aos historiadores por ela (HOBSBAWM, 2013, p. 47).

A menção aos “historiadores nacionais” não é gratuita. Como o passado, ainda que deturpado, fora um elemento central da afirmação ideológica do nacionalismo e, na perspectiva de Hobsbawm, também os intelectuais cumpram uma função ideológica determinada nos sistemas sociais e políticos, a historiografia figura como campo de grande importância para a legitimação “científica” de políticas diretamente justificadas no passado “nacional”. Por razão de convicções políticas, historiadores podem tender a ajustar sua escrita e suas declarações profissionais a um tal passado, em detrimento da análise criteriosa da realidade histórica em questão. Para Hobsbawm, este comportamento corrompe a independência profissional e submete o ofício do historiador à ideologia.

A crítica que o autor dirige à ideologia nacional indica para a reflexão de Hobsbawm sobre a devida responsabilidade dos historiadores em relação aos abusos do passado cometidos pelo que chama de “história de identidade”, praticada tanto no meio social, por grupos ideológicos, quanto na academia, por intelectuais identificados com tais grupos ou projetos políticos. Conquanto se faça em relação a um passado que é usado para legitimar proposições políticas e justificar ações concretas de coletividades (movimentos sociais, Estados etc.), essa responsabilidade, para Hobsbawm, tem uma dimensão pública, pois impacta diretamente a

sociedade, situando, também, o ofício do historiador como corresponsável pelo conhecimento do passado no domínio público.

Conforme analisamos antes, para Hobsbawm, os usos e abusos político-ideológicos da História se dão em relação ao passado real, ou mesmo ao passado inventado, visto em ambas as situações de forma essencialmente anacrônica. Diante disso, o autor concebe a responsabilidade pública do ofício do historiador em dois aspectos centrais. Afirma a importância, para ele essencial, de os historiadores profissionais defenderem a “supremacia” da evidência histórica como o fundamento de sua disciplina (HOBSBAWM, 2013, p. 371), sendo o elemento que permite a distinção entre o fato histórico verificável e a invenção do passado. Hobsbawm destaca que essa defesa é somente uma das formas de exercer tal responsabilidade. Para o autor, o anacronismo, por ele definido como ato de “ler os desejos do presente no passado” constitui a forma de uso e abuso da História mais eficaz em criar um passado apropriado à ideologia nacional e às ideologias de identificação coletiva em geral. Nesse sentido, considera Hobsbawm:

A crítica cética do anacronismo histórico provavelmente é hoje a principal maneira pela qual os historiadores podem demonstrar sua responsabilidade pública. Hoje, seu papel público mais importante, [...] é praticar seu ofício de forma a constituir *pour la nationalité* (e para todas as demais ideologias de identidade coletiva) *un danger* (HOBSBAWM, 2013, p. 374).

O autor elege a afirmação de comunidades pretensamente “nacionais”, pelos movimentos nacionalistas, como alvo principal da atividade crítica que é a responsabilidade pública dos historiadores com a sociedade contemporânea. Hobsbawm assim o faz pelo fato dessas ideologias protagonizarem usos anacrônicos e abusivos da História, implicando diretamente os historiadores, mas, de igual maneira, em razão do contexto vivido pelo autor, em que o nacionalismo justificado no passado representou conflitos políticos e uma ameaça para muitas populações no mundo.

No contexto do final do século XX, Hobsbawm formulou análises críticas da situação internacional pós Guerra Fria, nas quais os movimentos nacionais aparecem como fator de grande importância para as sociedades que, segundo o autor, se desestruturaram politicamente com o fim da estabilidade internacional do poder entre 1989 e 1991.<sup>37</sup> O fim do bloco comunista, nesse período, resultou no surgimento de vários Estados independentes no território

---

<sup>37</sup> Ver HOBSBAWM, Eric. **As nações e o nacionalismo no novo século**. In: HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, Companhia das letras, 2007, pp. 86-96.

da ex-União Soviética e do leste europeu, e a instabilidade da ordem política nos mesmos criou disputas entre grupos internos, e entre estes e as influências estrangeiras.

Esse contexto marcou fortemente a perspectiva de Hobsbawm sobre o nacionalismo, que alçou no período como força política e social. De acordo com seu mais recente biógrafo Richard J. Evans, Hobsbawm discutiu as implicações das mudanças de então com historiadores de vários países, antecipando sua opinião de que o colapso do comunismo levaria a embates de grandes proporções. Conforme Evans, “as previsões de Eric de guerras geradas por “rivalidades e conflitos nacionalistas” em regiões antes dominadas por regimes comunistas também se mostraram corretas quando violentos conflitos eclodiram pela Europa Oriental” (EVANS, 2021, p. 512).

De fato, embora escrevesse a respeito do nacionalismo desde antes, nesse momento o posicionamento de Hobsbawm o levou pensar sua relação e a de seu ofício, enquanto historiador marxista, com o fenômeno nacionalista, sendo o contexto no qual formula as principais considerações sobre o papel dos historiadores. Hobsbawm (2013) escreve sobre a possibilidade de surgimento de movimentos inspirados pelo nacionalismo xenófobo e, de fato afirmara, em 1994, que não pensava que o nacionalismo pudesse “voltar de modo tão destrutivo” (LVOVICH, 2017, p. 89. Tradução nossa). O autor destaca a importância da associação identitária com o passado nessas experiências políticas do fim do século, e é nesse sentido que aponta para a responsabilidade do trabalho dos historiadores, de desmistificação da falsa legitimidade histórica da ideologia nacionalista.

A respeito desta função profissional do historiador como “destruidor de mitos”, Hobsbawm também desenvolve a análise das dificuldades do ofício. Segundo o autor, primeiramente, o caráter da crítica do historiador é em geral negativo, posto que não cabe aos historiadores apontar no sentido da melhor política a seguir, mas tão somente demonstrar a fragilidade de certas proposições políticas baseadas no passado, razão pela qual os historiadores podem tornar-se impopulares pelo exercício responsável da profissão. A segunda dificuldade ou limitação da tarefa de crítica aos abusos do passado consiste em que o erro histórico precisa, também, ser submetido à regra da evidência, isto é, precisa ser provado, o que não é possível todas as vezes. Conforme Hobsbawm:

podemos demolir um mito apenas na medida em que se apoie em proposições cujo erro possa ser demonstrado. É da natureza dos mitos históricos, principalmente os nacionalistas, que normalmente apenas algumas de suas proposições podem ser assim desacreditadas. [...] Além disso, mesmo onde se pode aplicar o teste, quando a evidência está ausente, é defeituosa, conflitante ou circunstancial, ele [o historiador] não pode refutar convincentemente nem uma proposição altamente implausível (HOBSBAWM, 2013, p. 375).

Uma terceira limitação apontada pelo autor é o fato de que alguns mitos históricos são imunes à crítica dos historiadores, especialmente, destaca Hobsbawm, se são base de sustentação de sistemas políticos e, como consequência, ensinados nas instituições escolares. “Convém nunca esquecer que a história – principalmente a história nacional – ocupa um lugar importante em todos os sistemas conhecidos de educação pública” (HOBSBAWM, 2013, p. 376). Além disso, conquanto sejam responsáveis pela demonstração crítica do erro histórico, não é da alçada dos historiadores combater a opção deliberada de alguns grupos por acreditar nos mitos que usam o passado, tão logo tenham cumprido seu papel de elucidar tais abusos.

Essas limitações, evidentemente, para Hobsbawm, não inibem historiador algum da responsabilidade da crítica histórica para com os abusos do passado. Para o autor, essa responsabilidade advém do fato de que o próprio trabalho historiográfico é alvo de tais abusos. Hobsbawm interpreta que o passado deturpado no meio social por grupos distintos parte sempre, em alguma medida, do trato profissional do passado no espaço público, feito por historiadores e demais sujeitos envolvidos (cronistas, professores, escritores de ficção e livros escolares, produtores de filmes etc.), implicando aos historiadores a crítica desses usos e abusos (HOBSBAWM, 2013, p. 377).

Tal responsabilidade pela crítica do abuso da História aparece em Hobsbawm como dever intrínseco do ofício do historiador, em se tratando do nacionalismo. Para o autor, é inevitável a relação entre historiografia e ideologia política do presente, mas, como vimos, o exercício responsável do ofício exige do historiador o comportamento crítico embasado na pesquisa histórica. Hobsbawm afirmou sua simpatia por alguns poucos movimentos de afirmação nacional, os quais, em sua visão, haviam permitido algum “progresso” social. O autor teve, contudo, a ressalva de manter, explicitamente, esse apoio na categoria de “gosto pessoal”, sem, com isso, buscar fundamentar tais iniciativas na História profissional.

Essa distinção se faz fundamental na análise do pensamento de Hobsbawm em relação ao papel dos historiadores frente ao nacionalismo. O autor não nega a possível e compreensível vinculação da historiografia com ideologias políticas desse tipo, enquanto que resgata a responsabilidade do historiador como profissional de um campo científico, cujo trabalho gera resultados sociais importantes, indicando a necessidade desse profissional operar nos limites de sua ciência, estabelecendo, quando necessário, a dita distinção entre seus posicionamentos e declarações enquanto sujeito social ativo – cuja compreensão e posição no mundo podem ser resultado de seu campo de trabalho – e enquanto profissional, limitado às regras e à responsabilidade do seu ofício.

Tendo o nacionalismo ocupado lugar central nas considerações do autor nesse sentido, Hobsbawm reiterou sua visão, em geral, sobre a experiência nacionalista, ideologia a qual, segundo o autor, não poderia assumir como historiador, isto é, como profissional cujo objeto é o passado e que tem, com este, a responsabilidade de combater seu abuso. Em entrevista reproduzida por Evans (2021) em sua biografia, Hobsbawm afirmou:

Eu continuo na curiosa posição de não gostar, desconfiar, desaprovar e temer o nacionalismo *onde* ele exista, talvez até mais que nos anos 1970, ainda que reconheça sua enorme força, que deve ser detida pelo progresso, se possível. E às vezes é possível. [...] Por acaso também gosto de alguns povos e simpatizo com seus sentimentos nacionais, mas isso é uma questão de gosto pessoal: é uma coisa que acho agradável em pequenos países e em suas tentativas de construir ou manter uma cultura à parte, como os estonianos e os finlandeses. No entanto, não posso ser um nacionalista, assim como, em teoria, nenhum marxista pode ser (HOBSBAWM, 1988 in EVANS, 2021, p. 516).

Hobsbawm assume sua posição diante do nacionalismo, tendo em vista, novamente, seu campo profissional e sua escolha pelo marxismo enquanto método de análise histórica e como proposta política, fazendo jus às suas conclusões a respeito da relação entre marxismo e nacionalismo nos séculos XIX e XX. Como historiador e como marxista, a consideração da nação como fenômeno próprio do contexto do capitalismo moderno e como ideologia liberal-burguesa que, por sua vez, se ancora no passado como elemento estratégico de autolegitimação, é determinante na crítica de Hobsbawm à ideologia nacional, direcionada, fundamentalmente, ao aspecto do nacionalismo que afeta, pessoalmente e profissionalmente, a todos os historiadores: o abuso político-ideológico da matéria-prima de seu ofício.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do uso e do abuso ideológico da História pelo nacionalismo enquanto fenômeno político moderno e contemporâneo, denunciada por Hobsbawm, assume, hoje, caráter de centralidade para a História Pública, haja vista que o campo tem se desenvolvido como área de estudo das relações que distintos grupos políticos estabelecem com o passado no espaço público. Nesse sentido, o estudo da obra e do pensamento de Eric Hobsbawm sobre essa problemática constitui importante contribuição a esse campo do saber, sendo o autor formulador das análises mais lúcidas a respeito na historiografia recente. Conforme demonstramos, Hobsbawm aborda os usos do passado como elemento essencial e estruturante da ideologia do nacionalismo, estendendo, de igual maneira, à outras ideologias e regimes políticos a viabilidade e a vantagem de recorrer às deturpações da História.

Nesse sentido, a crítica que Hobsbawm deixa a esses *usos e abusos* e sua consideração da responsabilidade do ofício do historiador para com eles, hoje, se coloca como uma elaboração teórica e prática fundamental para a historiografia contemporânea, à qual se impõe a necessidade de explicar o crescimento das ideologias de identidade coletiva – em maior ou menor medida inspiradas pela vaga noção de “patriotismo” – e a centralidade do apelo à História verificado em algumas delas. Da simbologia neonazista e neofascista propriamente declarada ao discurso de figuras públicas ou políticas de importância na atualidade, a menção ao passado ou a justificação política pela História é encontrada com frequência e, por vezes, abertamente. Aos historiadores, em geral críticos dessas ideologias e práticas, coloca-se, então, o trabalho de exame do ambiente social em que estas elaborações se difundem e a que interesses servem no presente, além da desmistificação desses abusos ideológicos, pela pesquisa histórica.

A medida em que assumo este compromisso, a História Pública, campo ao qual têm se direcionado pesquisas sobre esses temas atualmente, assume também a tarefa de estabelecer referenciais teóricos e conceituais para esses estudos, os quais, espera-se, contribuam para o refinamento do campo e para aumentar o impacto acadêmico e principalmente social das pesquisas. A obra de Hobsbawm e seu próprio impacto para os historiadores por ela influenciados vem a somar-se nesse sentido, sendo um objeto de estudo salutar nos países em que este campo se encontra ainda em desenvolvimento, e em cujos contextos sociais os historiadores possuam tradição crítica e de engajamento social e político.

A contribuição de Hobsbawm à problemática dos usos e abusos da História, vinculada em sua obra ao nacionalismo, implica à reflexão sobre as condições do exercício profissional

do historiador em relação à sociedade e à política, na medida em que essas esferas se relacionam com o passado de forma imprecisa ou abusiva. A esse respeito, o autor indicou as limitações e caminhos possíveis ao historiador engajado no combate aos abusos da História, razão pela qual seu pensamento também empreende um direcionamento possível aos historiadores públicos.

Como historiador marxista, Hobsbawm teve o marco da crítica marxista à ideologia nacional como pano de fundo da crítica ao abuso ideológico da História, que transcende o nacionalismo. Nesse sentido, Hobsbawm uniu a crítica do marxismo à nação à crítica historiográfica, indicando que esta não cabe somente a historiadores marxistas, pois diz respeito ao objeto do ofício, não ao método da pesquisa. Assim, o pensamento do autor figura com grande relevância em relação a dimensão pública do ofício do historiador enquanto o de uma responsabilidade crítica com o passado, comum a todos esses profissionais.

Hobsawm formulou, assim, uma contribuição teórica à historiografia cujas implicações se dão diretamente na prática profissional, principalmente quando os historiadores, munidos do conhecimento e dos métodos do seu trabalho, se envolvem (e, para Hobsbawm, eles devem se envolver) nos combates sociais em que o passado é acionado como respaldo ideológico de causas políticas.

Nesse sentido, o estudo que ora empreendemos sobre a questão do nacionalismo e dos usos da História na obra deste autor, é indicativo do papel social dos historiadores no espaço público contemporâneo. Ante ao crescimento, a nível global, tanto das ideologias nacionais quanto das representações ilegítimas da história – nestas ideologias e fora delas –, os historiadores deverão estar cientes das possibilidades de sua inserção na sociedade como sujeitos também políticos, dotados da autoridade que a ciência histórica os confere.

Diante disso, consideramos que a obra de Hobsbawm e seu estudo sobre as nações e o nacionalismo moderno, bem como sobre os usos e os abusos da História nesses fenômenos, pode constituir base para pensar o papel hoje desempenhado pelos historiadores na sociedade, a importância política e social do passado como elemento determinante nas ideologias vigentes no espaço público, e as possibilidades e o alcance da historiografia nesse espaço mediante a ação dos historiadores profissionais empenhados em combater os abusos da História.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2008.
- BAKER, Shavana. **The Rise of the Heritage Industry: A Postmodern Symptom of How Nostalgia Replaces History as a Means of Understanding the Past**. 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/29252802/Nostalgia\\_and\\_The\\_Rise\\_of\\_the\\_Heritage\\_Industry](https://www.academia.edu/29252802/Nostalgia_and_The_Rise_of_the_Heritage_Industry). Acesso em: 22/02/2021.
- BÉDARIDA, François. **As Responsabilidades do Historiador *Expert***. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos: cantos e canteiros da história**. Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 145-153.
- BENTIVOGLIO, Julio. **Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift***. Revista de Teoria da História. Universidade Federal de Goiás, ano 1, n. 3, Jun/2010, pp. 20-58.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA LDA, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, EDUSC, 2005.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo**. Revista Transversos, Rio de Janeiro, v. 7, no 7, pp. 35-53, set. 2016.
- CAUVIN, Thomas. **A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 11, no 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.
- COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais públicos na América Latina**. In: MAUAD, ALMEIDA e SANTHIAGO (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo, letra e voz, 2016, pp. 299-312.
- DANTAS, Simone Aparecida Borges. **HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NOS SÉCULOS XIX E XXI: DO CIENTIFICISMO À HISTÓRIA CULTURAL**. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(51\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(51).pdf). Jataí – GO, 2007.
- DE BAETS, Antoon. **Uma teoria do abuso da história**. São Paulo, Revista Brasileira de História, v. 33, n. 65, 2013, pp. 17-60.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico?**. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, vol. 27, nº 50, pp. 89-146, jan/jun. 2014.
- ENGELS, Friedrich. **Prefácio à quarta edição alemã de 1890**. in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1º Ed. São Paulo, Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.
- EVANS, Richard. **Eric Hobsbawm: uma vida na história**. São Paulo, PLANETA, 2021.
- GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. Madrid, Alianza Editorial, 1988.

- GRAMSCI, Antonio. **Caderno 12, 1932**. In: SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci**. São Paulo, EXPRESSÃO POPULAR, 2021.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, EDUSC, 2004.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 6º Ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A era dos impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Comentários**. História Social, Campinas-SP, n. 4/5, p. 75-76, 1997/1998.
- \_\_\_\_\_. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e história social**. Puebla, Instituto de Ciencias de la Universidad Autónoma de Puebla, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Revolucionários: ensaios contemporâneos**. São Paulo, PAZ E TERRA, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2013b.
- HUYSSSEN, ANDREAS. **Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, AEROPLANO, 2000.
- KAYE, Harvey. **Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.
- LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. São Paulo, ÁTICA, 1986.
- LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública? Os públicos e seus passados**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo, LETRA E VOZ, 2011, pp. 31-52.
- LIGNANI, Henrique de Bem. **Entre a guerra e a revolução: a IV internacional no contexto da Segunda Guerra Mundial**. In: Revista História e Luta de Classes, ano 14, n. 27, mar/2019, pp. 39-53.
- LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei José (Orgs.) **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo, ALAMEDA, 2010.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de história. São Paulo, 1998.
- LVOVICH, Daniel. **Hobsbawm y Nairn frente al problema del nacionalismo: dos perspectivas enfrentadas en el seno del marxismo británico**. In: MÓNACO, César (org.). **Historia y política: seis ensayos sobre Eric Hobsbawm**. 1 ed., Universidad Nacional de General Sarmiento, 2017, pp. 81-107.

MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 74, pp. 135-154, 2017.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. **Introdução à historiografia: da abordagem tradicional às perspectivas pós-modernas.** Curitiba, InterSaberes, 2016.

MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo, CONTEXTO, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. **Eric Hobsbawm.** In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei José (Orgs.) **Historiadores de nosso tempo.** São Paulo, ALAMEDA, 2010.

MELO, Demian Bezerra de. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro, CONSEQUENCIA, 2014.

MUÑOZ, Isidro Sepúlveda. **La investigación del Nacionalismo: evolución, temas y metodología.** Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. 9, 1996, pp. 315-336.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência.** Belo Horizonte, AUTÊNTICA, 2011.

RIBAS, Ricard Vinyes. **Los usos públicos del pasado en Europa: hacia una memoria sincrética.** Revista *Anos 90*, v. 22, n. 42, Porto Alegre, pp. 21-51, 2015.

ROESLER, Carlos Eduardo Noronha. **Nacionalismo, Tradição e Modernidade.** Dissertação. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

SAMUEL, Raphael. **Teatros de memória.** Projeto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de história. São Paulo, 1997.

SMITH, Anthony D. **O nacionalismo e os historiadores.** in: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro, CONTRAPONTO, 2000.

SOUTELO, Luciana De Castro. **A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas: *Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX.*** Tese de doutoramento em história. Porto, Universidade do Porto, 2015.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa.** Editora UNESP, São Paulo, 2007.

WRIGHT, Patrick. **On Living in an Old Country: *The national past in contemporary Britain.*** Oxford University, 2009.

#### Sites consultados:

COMITÉ DE VIGILANCE FACE AUX USAGES PUBLICS DE L'HISTOIRE, 2005. Disponível em: <http://cvuh.blogspot.com/2007/02/manifesto-do-comite-de-vigilancia.html>. Publicado em: 06 Fev. 2007.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de Carvalho. **History Workshop: a história próxima das massas.** In: Café História – história feita com cliques. Disponível em:

<https://www.cafehistoria.com.br/history-workshop/>. Publicado em: 31 dez. 2018.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **Produtores, e não apenas consumidores de história: Raphael Samuel, as oficinas de história e os trabalhadores historiadores de si mesmos.** In: Blog de História da Unila. Disponível em: <http://unilahistoria.blogspot.com/2020/11/produtores-e-nao-apenas-consumidores-de.html>. 2020.

English Heritage. **Our History.** Disponível em: <https://www.english-heritage.org.uk/>.